

## SIMPÓSIO 33

### O LUGAR DA LÍNGUA PORTUGUESA EM COMUNIDADES MIGRANTES: IDENTIDADE E INTERACÇÃO

COORDENAÇÃO:

Professora Inocência Mata  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
mata.inocencia@gmail.com

Professora Catarina Gaspar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
catarina.gaspar@gmail.com

#### A LÍNGUA PORTUGUESA (LP) COMO LUGAR DE (DES)ENCONTRO INTERCULTURAL

Rosa Maria FANECA<sup>1</sup>

Tatiana GUZEVA

Carmen DOMINGUES RESTE

Maria Helena ANÇÃ

**RESUMO:** No mundo atual, a educação linguística e a educação intercultural têm-se tornado cada vez mais prementes. No presente texto pretende-se analisar a importância da Língua Portuguesa, como idioma internacional, e da cultura portuguesa em contextos migratórios, nomeadamente da emigração em França e da imigração em Portugal, e sua interação com as línguas e as culturas de origem. Para esse efeito, apresentamos três projetos de Doutoramento, desenvolvidos no LEIP (Laboratório em Investigação em Educação em Português / Linha 2) / Universidade de Aveiro, coordenados por Maria Helena Ançã e apoiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Quer se trate dos lusodescendentes em França ou dos imigrantes em Portugal, quer se trate do contexto associativo, ou do contexto formal, o ensino e a aprendizagem da LP deve assumir-se como lugar de encontro intercultural e espaço de formação linguística e identitária, ultrapassando o domínio das estruturas gramaticais dessa língua, por forma a transmitir uma cultura e mentalidade de um povo. Acreditamos que só dessa forma será possível superar, não só um confronto linguístico entre línguas, mas também um confronto entre culturas. Assim sendo, o ensino e a aprendizagem da LP, na nossa opinião, constituem um património comum que convém proteger e desenvolver, sendo necessários esforços consideráveis no quadro da educação, de modo a que a diversidade linguística e cultural, em vez de ser um obstáculo ao encontro linguístico e cultural, se torne uma fonte de enriquecimento e de compreensão recíprocos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Portuguesa; Migrações; Encontro Intercultural; Associações.

#### Introdução

Na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2010), nomeadamente no artigo 22º, afirma-se o respeito pela diversidade cultural, religiosa e linguística. A Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias (1992), por sua vez, sublinha o valor do multilinguismo, e embora insistindo na proteção das línguas minoritárias de determinado país, salvaguarda que tal proteção não deve ser exercida em detrimento das línguas oficiais e da necessidade de aprender essas mesmas línguas. O Conselho da Europa valoriza, igualmente, a aprendizagem não formal, fora das escolas e das universidades, em especial em todas as formas de serviço voluntário e cívico (Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural, 2008).

<sup>1</sup> CIDTFF/Centro de Investigação de Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, LEIP/Laboratório de Investigação em Educação em Português, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Campos Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal, rfaneca@ua.pt

Tentando cumprir e respeitar estas orientações legais e, perante as importantes vagas de migrantes de que tem sido alvo a Europa, em geral, e Portugal e França, em particular, estes países têm tomado diversas medidas do foro educativo que têm tido em conta a diversidade linguística e cultural patente nos seus territórios. Deste modo têm sido desenvolvidos vários estudos, nomeadamente no âmbito do LEIP (Laboratório em Investigação em Educação em Português / Linha 2) CIDTFF, da Universidade de Aveiro, coordenado por Maria Helena Ançã.

No presente texto abordaremos três desses projetos, apoiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, nomeadamente *“Aprendizagem e representações da LP por lusodescendentes”*, em contexto associativo, já concluído<sup>2</sup>; *“Educação Intercultural: Representações Sociais dos Alunos do Ensino Secundário, no âmbito da Imigração em Portugal”*, em contexto formal, em curso<sup>3</sup>; e *“Educação em Português para falantes de língua russa: as expressões idiomáticas, entre línguas e culturas”*, em contexto associativo, em fase inicial<sup>4</sup>. Estes projetos centram-se no ensino e na aprendizagem da LP, em contextos migratórios, nomeadamente por parte dos lusodescendentes de terceira geração em França, por parte dos alunos imigrantes na escola portuguesa e por parte dos imigrantes do Leste Europeu em Portugal.

Nos projetos supracitados é premente que o ensino e a aprendizagem duma segunda língua, inscrita num processo de integração global, deve ser encarada como um fenómeno afetivo, social, psicológico e cultural, não redutível à sua dimensão linguística, uma vez que as suas características não linguísticas também são fatores que devem estar integrados neste processo (Abdallah – Pretceille, 1992).

### Contextualização Teórica Emigrantes Portugueses em França / Imigrantes em Portugal

Desde que Portugal se constituiu como um Estado independente, no século XII, milhares de portugueses emigraram para França por diversos motivos (Serrão, 1977; Arroiteia, 1985). Em finais do século XIX, as estatísticas francesas, como refere Joel Serrão (1977), registam um aumento crescente no número de imigrantes portugueses, contudo a ‘grande’ emigração para França é relativamente recente, data do final dos anos 50 do século XX. A emigração que ocorre a partir de meados dos anos 50 tem uma natureza muito distinta da anterior. Esta é marcada por uma profunda descrença nas capacidades de desenvolvimento do país, sob o jugo de uma ditadura desde 1926. Entre final dos anos 50 e princípios dos anos 70, do século XX, mais de um milhão de portugueses emigrou para França. Centenas de milhares fizeram-no clandestinamente. Em 1968, havia mais ao menos 500.000 portugueses naquele país (Conim & Carrilho, 1989; Volovitch-Tavarès, 2001). Nos anos 80, o número diminui, apesar disso, em 1982, os portugueses representam 21% da totalidade dos imigrantes de França. Entre 1981 e 1985, período de grande expansão da emigração portuguesa, França foi o país mais procurado, absorvendo 50,9 % do total da emigração legal. Em 2006, os portugueses residentes em França representam 13,9% da totalidade dos imigrantes, ou seja, 491.000 sujeitos. Atualmente, em França, vivem cerca de um milhão de portugueses, entre mononacionais e binacionais (INSEE, 2006).

Segundo dados recentes das Nações Unidas, mais de 2.5 milhões de migrantes laborais temporários chegaram aos países membros da OECD (2008), Portugal que não é exceção, é um dos países mundiais onde mais aumentou proporcionalmente a imigração legal permanente.

Assim sendo, o nosso país que, tradicionalmente foi um *“país de partida”*, passou a ser, a partir do 25 de Abril de 1974 - com o regresso dos portugueses das ex-colónias - e sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90 com as políticas de integração, essencialmente um *“país de chegada”*, verificando-se a coexistência destes dois fenómenos (Arroiteia, 2007: 22). Intensifica-se a chegada de grupos migratórios provenientes de 179 países de diferentes continentes, sobretudo de África (PALOP), da América Latina (Brasil), da Europa de Leste (Ucrânia) e da Ásia Central, aos quais se juntam posteriormente a família com crianças e jovens que ingressam nas nossas escolas (Pena Pires, 2006).

<sup>2</sup> - Projeto aprovado e financiado pela FCT, SFRH/BD/24144/2005.

<sup>3</sup> - Projeto aprovado pela FCT, SFRH/BD/70697/2010.

<sup>4</sup> - Projeto aprovado e financiado pela FCT, SFRH/BD/69987/2010.

Em 2010, a população estrangeira com permanência regular em território nacional era de 362.343 (SEF - Rifa, 2011). As nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal são: o Brasil (26,81%), Ucrânia (11,12%), Cabo Verde (9,88%), Roménia (8,27%) e Angola (5,28%), Guiné-Bissau (4,45%), Reino Unido (3,86%), China (3,53%), Moldávia (3,51%) e São Tomé e Príncipe (2,36%). Em termos da caracterização da comunidade estrangeira, sublinha-se o facto de 49.51% deste universo populacional se reportar a países de LP: Brasil, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau.

No que concerne à imigração de Leste, os russo-falantes são cidadãos oriundos de países que pertencem à Europa de Leste e à Ásia Central. A língua russa era a língua oficial de todos os países da ex-URSS (atualmente conhecida como a Comunidade de Estados Independentes - Commonwealth of Independent States, CIS), por isso a maioria dos russo-falantes é bilingue, à exceção dos russos. Aqueles falam concomitantemente a língua russa e línguas eslavas, no caso dos ucranianos, bielorrussos e búlgaros, línguas latinas, no caso dos romenos e dos moldavos, ou línguas altaicas no caso dos cazaquistaneses, uzbeques, quirguizes.

Estes imigrantes não têm qualquer ligação linguística ou cultural com Portugal, apenas viram nele a possibilidade de entrarem no espaço da União Europeia para melhorarem a sua subsistência económica. (Ançã, 2008; Baganha, Marques & Góis, 2004; Mendes, 2010). Portugal foi escolhido como um destino por facilidade de legalização. O novo regime legal das autorizações de permanência, em vigor desde 2001, também ajudou a aumentar o número das entradas dos imigrantes em Portugal com um desenvolvimento crescente de fluxos de Leste (Pena Pires, 2002).

Com elevadas qualificações profissionais e habilitações em grau superior à média portuguesa, os estrangeiros supracitados entraram em empregos desqualificados. Todavia, estes imigrantes de Leste dirigem-se às Associações de apoio à imigração no sentido de procurar ajuda, sobretudo para a sua integração linguística, mas também social e cultural (Ançã, 2008; Pardal, Ferreira & Afonso, 2007), uma vez que segundo a Lei Orgânica nº. 2/2006, de 17 de abril, a LP aparece como um dos requisitos para a obtenção da nacionalidade.

### A Língua Portuguesa

Nos contextos de emigração e imigração, os migrantes que são possuidores de mais do que uma língua, relacionam-se com a LP de formas distintas, consoante o estatuto que esta ocupa em relação aos mesmos, nomeadamente português língua materna (PLM) ou português língua não materna (PLNM).

Neste sentido, a designação PLM, associada ao nome de *“mãe”*, deixa entender que materna será a primeira língua, aprendida em meio familiar. Saliente-se que, ao apontar-se a LM *“como aquela em que se pensa ou aquela que se domina melhor, aquela em que o sujeito falante se sente mais confortável, mais seguro e ainda aquela que traduz a comunidade de que o sujeito faz parte”* (Andrade, 1997: 54), se está a colocar o enfoque na competência de uso de uma língua que poderá ser diferente daquela que se aprendeu com a mãe. Com efeito, a língua em que se pensa ou se domina melhor pode sofrer alterações ao longo da vida, o que implica que se questione a ordem de aprendizagem das línguas quando se pretende identificar a LM de um sujeito migrante. Questionar-se-á, igualmente, a ideia de domínio excelente de uma língua, por remeter para o modelo de locutor nativo, instável também a diversos níveis (Andrade, 1997).

O que parece ser fundamental na tentativa de definição de LM é o facto de ser aquela língua *“dans laquelle s’est organisée la fonction langagière elle-même, en tant que fonction symbolique primordiale, et celle qui a accompagné la construction de la personnalité”* (Dabène, 1994: 15). Este último traço é particularmente significativo quando trabalhamos com jovens saídos de meios migratórios, na medida em que, na maior parte das vezes, são dois sistemas linguísticos que entram na construção da sua personalidade. Neste caso, encontramos-nos perante um falar peculiar, feito de mais do que uma língua desde tenra idade, e de um conjunto de possibilidades expressivas do sujeito.

Podemos, então, afirmar que a LM abrange uma constelação de noções (Dabène, 1994) decorrentes do *falar*, um conjunto

de potencialidades linguístico - comunicativas do indivíduo, o da *língua reivindicada*, conjunto das representações e atitudes de um sujeito ou grupo face à língua enquanto elemento constitutivo da identidade e o da *língua descrita*, conjunto de instrumentos heurísticos de que o aprendente dispõe.

Ançã (1999, 2005) tentou definir e distinguir a PLM do PLNM, nomeadamente dentro deste último conceito, Língua Segunda (L2) e Língua Estrangeira (LE). A pertinência da distinção entre os conceitos de PLM e PLNM advém da constatação de que uma mesma língua pode desempenhar diferentes funções e adquirir diferentes estatutos, consoante uma grande diversidade de situações e fatores. A importância da distinção destes conceitos é acompanhada por uma dificuldade de definição dos termos em questão, o que resulta, precisamente, do facto de as línguas acompanharem as histórias de vida dos sujeitos. As línguas adquiridas/aprendidas pelos sujeitos ganham maior ou menor peso consoante o maior ou menor número de funções que lhes são atribuídas. Importa, pois, estabelecer uma distinção entre os conceitos que podem ser associados à PLM e PLNM e que iremos esclarecer consoante os projetos apresentados neste artigo.

#### A) O Ensino e a Aprendizagem, em Contexto Associativo, para Lusodescendentes em França

O movimento associativo português, em França, nasceu com o fluxo migratório dos anos 60 e sofreu várias mudanças sociais e históricas ao longo dos anos, as quais lhe conferem o seu verdadeiro significado. As Associações culturais portuguesas, uma média de 1000, publicadas no *Journal Officiel de la République Française* (Leis e Decretos), são Associações regidas pela lei de 1901, cujo objetivo principal é o ensino da língua e da cultura portuguesas a alunos de 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário.

Podemos dizer que existem dois tipos de Associações: as que têm por dominante o folclore (grupos folclóricos, celebrações, festas, jogos tradicionais) e as Associações das novas gerações, portadoras de um fermento *identitário* conflitual. As atividades nelas desenvolvidas são pluridimensionais. Todas testemunham uma vontade de reapropriação da história e da cultura portuguesas, de conservação da língua e da valorização da expressão bilingue. Devido às numerosas interrogações sobre a sua identidade e as suas pertenças, os lusodescendentes necessitam da aprendizagem da língua. Observam-se ações que consistem na luta contra a repulsão e a reconciliação de forma ativa com a língua, a cultura e a história portuguesas.

O ensino e a aprendizagem da LP por lusodescendentes, em França, seguiu dois modelos: o de LM no Ensino de Língua e Cultura de Origem (ELCO) (Quarepe, 2005), no referente ao ensino associativo, e LE, no sistema oficial francês. Contudo, constata-se que vários dirigentes associativos ponderam a sua lecionação com o estatuto de L2 e não LM, como tem acontecido até agora, evocando a mudança de estatuto desta para os lusodescendentes. Este facto significa que, em alguns contextos, é necessário esclarecer o significado de L2 e as suas implicações na atividade pedagógica.

Podemos definir a L2 *cronologicamente*, a partir dos critérios psicológicos, ordem pela qual a língua é adquirida, sendo a L2 adquirida em segundo lugar a seguir à LM, ou *institucionalmente*, a partir dos critérios sociológicos, como língua internacional que desempenha as considerações oficiais (Ançã, 1999, 2005). Assim, se partirmos da sua definição cronológica, a LP seria uma L2 para a maioria dos lusodescendentes e isso significaria que a língua francesa se tornou a sua LM. Assim sendo, a escolha para o ensino e a aprendizagem da LP, como L2 e não como LM, implica motivações e finalidades diferentes.

Como podemos verificar, a definição do estatuto da LP é ambíguo, porque em contextos de várias línguas, como é o caso do contexto associativo, os dois conceitos têm linhas de força em comum, sendo possível estabelecer um *continuum* entre língua materna e língua não materna (Grosso, 2009).

O estatuto de “estrangeira”, por sua vez, não se aplica aos lusodescendentes do nosso estudo, na medida em que para

este público a LP não lhes é estranha, nem estrangeira em grau significativo que justifique a necessidade de ingresso em aulas desta natureza.

#### B) O Ensino e a Aprendizagem, em Contexto Formal, para Imigrantes em Portugal

O domínio da LP é uma das vias mais poderosas para a integração dos estrangeiros a residir em Portugal, tanto como garantia de autonomia individual, como de harmonia social ao nível coletivo (Ançã, 2010; Pardal, Ferreira & Afonso, 2007). A escola portuguesa atenta a este facto vê reconhecida, por parte do Ministério da Educação, a importância da língua do país de destino como fator de integração, o que tem levado a sucessivas atualizações da legislação tornando-a mais consentânea à realidade social do ensino formal.

Assim sendo, pelo Despacho nº123/ME/89, de 25 de julho, é garantido o apoio pedagógico complementar na LP a filhos de migrantes oriundos da UE. Pelo Decreto-Lei nº6/2001, de 18 janeiro, artigo 8º, é atribuído às escolas a responsabilidade de proporcionar atividades curriculares específicas para a aprendizagem da LP como L2 aos alunos do Ensino Básico cuja LM não é o Português. Pela Lei nº105/2001, de 31 de agosto, é reconhecida a figura do mediador sociocultural (Perdigão, 2005).

Em 2006, verificou-se a inserção da disciplina do Português – PLNM no Currículo Nacional do Ensino Básico, pelo Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, que estabelece princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades curriculares a desenvolver com os alunos cuja LM não é o Português, reconhecendo três níveis de proficiência linguística: Iniciação, Intermédio e Avançado.

Em 2007, o Despacho Normativo nº 30/2007, de 10 de agosto, regulamenta o ensino do PLNM no Ensino Secundário, criando com base no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, os seguintes grupos de proficiência linguística: Iniciação (A1, A2), Intermédio (B1), Avançado (B2, C1).

Pela Portaria nº1262/2009, de 15 de outubro, são criados Cursos de Português para Falantes de outras Línguas, assim como as regras a que obedece a sua lecionação e certificação, promovidos pelos estabelecimentos de rede pública e pelos centros de formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional/ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Graças a estas alterações que têm vindo a ser introduzidas na legislação, ao nível das políticas de educação relativas aos migrantes, Portugal é considerado o melhor dos novos países de imigração (MIPEX, 2011).

#### C) O Ensino e a Aprendizagem, em Contexto Associativo, para Imigrantes de Leste

As Associações de imigrantes, em Portugal, existem desde os anos setenta, mas apenas em noventa e nove foi aprovado pela Assembleia da República o seu regime jurídico através do Decreto-Lei nº 115/99. No início da década de 2000 surgem as Associações de e para imigrantes do Leste europeu.

Estas Associações de imigrantes, embora formalmente planeadas, permitem criar ou reativar laços sociais e partilhar o sentimento de pertença, assumindo desta forma uma dupla funcionalidade, quer a conservação da língua e cultura de origem, quer a promoção da integração no novo contexto social e cultural (Albuquerque, Ferreira, & Viegas, 2000). Algumas das atividades que contribuem para essas funções em termos práticos são, no que concerne à língua e cultura de origem, a manutenção da LM, o seu ensino às crianças, a organização de festas e convívios e a constituição de grupos de expressão cultural; no que se refere ao contexto do país de acolhimento, a aprendizagem e o aperfeiçoamento da LP e a inclusão de representantes das comunidades migrantes em organismos de decisão que visem a promoção das respetivas condições de vida (Idem).

No caso dos imigrantes de Leste, jovens e adultos recorrem habitualmente a Associações de apoio a imigrantes, onde se processa um ensino e a aprendizagem não formal da LP, com estatuto de PLNM e, neste caso, tal estatuto não levanta qualquer ambiguidade. Esse ensino e aprendizagem contemplam, por um lado, um confronto linguístico entre duas línguas, LP e Russo, sendo o Russo a língua partilhada por este público, por razões históricas e políticas como LM ou como língua oficial e, por outro, um confronto entre várias culturas, portuguesa e outras culturas expressas em Russo. Neste âmbito, os russo-falantes que chegam a Portugal necessitam não só de ter um domínio satisfatório do código linguístico português para a integração social e para melhorar as suas qualificações, como também necessitam de descodificar os implícitos culturais contidos, nomeadamente, nas expressões idiomáticas da língua-alvo, tarefa primordial para uma plena vivência em português.

Pelo exposto, podemos afirmar que o estatuto da LP difere quer se trate dos lusodescendentes em França, quer se trate dos imigrantes em Portugal: enquanto para estes últimos a LP assume o estatuto de PLNM sem grandes ambiguidades, para os lusodescendentes ela poderá assumir o estatuto de LM ou de L2 consoante cada indivíduo. Nomeadamente, para alguns lusodescendentes a LP é assumida como LM sem eles a saberem falar fluentemente, sendo esta a sua *língua reivindicada e língua de afeto*; para outros ela será L2 na medida em que consideram o Francês a sua LM, devido ao domínio e a segurança que esta lhes oferece.

### Metodologia

Os projetos “Educação Intercultural: Representações Sociais dos Alunos do Ensino Secundário, no âmbito da Imigração em Portugal” e “Educação em Português para falantes de língua russa: as expressões idiomáticas, entre línguas e culturas”, seguiram uma metodologia qualitativa, sendo patentes as características apontadas por Bogdan & Biklen (1994). Os dados recolhidos são compostos por transcrições de entrevistas, notas de campo, documentos pessoais, entre outros, que são apresentados sob forma descritiva e não reduzidos a símbolos numéricos. Focalizam-se mais no processo do que no produto, sendo que os seus dados têm um carácter aberto, pois não se tentam confirmar hipóteses, mas construir conhecimento, com base nos elementos que os mesmos disponibilizam, com a finalidade de tentar descobrir os significados que os sujeitos atribuem àquilo que fazem.

O segundo projeto, atrás citado, usa, também, como instrumento de recolha de dados, questionários com perguntas abertas e fechadas, direcionados aos alunos depois da implementação de um módulo formativo. Será realizado um tratamento qualitativo das questões abertas através da análise de conteúdo (Bardin, 2009) em programa WebQDA/N-Vivo, e um tratamento estatístico das questões fechadas em SPSS.

No projeto de “Representações do ensino / aprendizagem da LP por lusodescendentes”, foi usada uma metodologia mista que inclui quer a metodologia qualitativa, quer dados quantitativos que implica não só uma explicitação dos pressupostos e da teoria subjacentes aos mesmos, como também uma descrição do processo de recolha de dados e da forma como se procuram obter os resultados, assegurando desta forma a sua fiabilidade.

Como estratégia usada nos dois últimos projetos atrás referidos, seguiu-se o estudo de caso que, no dizer de autores, como Almeida e Freire (1997), Cohen e Manion (1994) e Stake (2009), assentam em análises indutivas, holísticas e ideográficas de um conjunto de fenómenos que constituem um ciclo de vida de uma unidade. O estudo de caso é, por conseguinte, o método de investigação adotado nestes estudos, cujas unidades de estudo são as Associações, quer de lusodescendentes de terceira geração em França, quer de imigrantes de Leste em Portugal.

### Resultados / Resultados esperados

a) Para a execução do projeto “Aprendizagem e representações da LP por lusodescendentes” desenvolvemos

um percurso de estudo, centrado em 71 lusodescendentes e 10 professores de quatro Associações da região Île-de-France, usando como principais instrumentos de recolha de dados: questionários, entrevistas, observações em contexto associativo e produções escritas pelos lusodescendentes.

No quotidiano, a LP difere em “utilidade” para cada um dos sujeitos inquiridos. No conjunto, pode dizer-se que estes alunos possuem um repertório *langagier* próprio e heterogéneo, praticando alguma alternância de códigos aparentemente não relevantes e mostrando ter consciência do uso de cada uma das línguas no momento do ato comunicativo, em função do locutor com quem o partilham. O nível do domínio de LP dos lusodescendentes varia, obviamente, de caso para caso, dependendo do tempo de escolarização em Português e do facto de praticarem ou não esta língua no quadro familiar. A leitura do conjunto de respostas dos questionários e das entrevistas faz crer que, na sua maioria, estes lusodescendentes possuem uma relação positiva com a língua e cultura portuguesas, sentindo honra em falar Português, não revelando qualquer tipo de barreira em usá-la, mesmo se, em alguns casos, têm consciência que não pronunciam corretamente.

Estes lusodescendentes possuem uma competência intercultural favorecida pela proximidade gerida, na esfera individual, entre as duas culturas, beneficiando, assim, a perceção da relatividade em termos linguísticos e culturais. A LP ainda é LM para muitos destes lusodescendentes. Eles compreendem-na muito bem, mas, a sua produção oral é limitada. De facto, quando falam em Português, oscilam entre a alternância e a mistura de códigos (Faneca, 2011), mais por desconhecimento paralinguístico do que linguístico. A maioria possui um capital linguístico ‘pobre’ porque, apesar de a LP ser utilizada no seio familiar, alterna sistematicamente entre dois idiomas copresentes (Mota, 1996) submetidos a adaptações próprias: *uma língua mista com pouca performance* a nível da pronúncia e presença de marcas fonéticas de Francês, formando uma ‘melodia francesa’ que se sobrepõe à articulação das palavras em LP.

A competência bilingue dos lusodescendentes é uma competência pessoal e intransmissível porque depende da biografia linguística de cada um e das capacidades individuais; é dinâmica porque está exposta a novos contactos e passível de atualização e de reconfiguração de acordo com eles; heterogénea e compósita porque resultante da interação de diferentes componentes, eles também complexos, devido ao contacto das duas línguas; e desequilibrada, já que as diferentes dimensões que a compõem podem estar em diferentes estádios de desenvolvimento e ser “trabalhadas” preferencialmente em algumas situações. Esclarecendo, o sujeito tem diferentes motivações de aprendizagem em relação à LP, pode dominar de forma diversa as línguas que aprendeu ou pode ter desenvolvido capacidades de interação específicas numa ou noutra língua, por exemplo, dependendo de um conjunto de fatores intrínsecos ou extrínsecos.

Este ensino / aprendizagem nas Associações valoriza a partilha de um contexto sociocultural que permite a estes jovens lusodescendentes a interação e a comunicação como também uma certa valorização da identidade cultural portuguesa *extra muros*. As Associações também trabalham a motivação dos lusodescendentes para que estes não abandonem nem a língua, nem a cultura portuguesas. Pretendem ajudar na gestão da bi-culturalidade e na bi-escolaridade dos lusodescendentes, promover a consciência do seu próprio sistema de valores e a da sua relatividade, conduzi-los a uma terapia para gerir as dificuldades psicológicas, a nível da sua identidade social e cultural, diferente dos outros indivíduos que têm outra identidade sociocultural, apesar de pertencerem a uma realidade social global, situada no mesmo contexto geográfico, na mesma história, na mesma cultura, na mesma organização social e economia comum. O encontro do *ego* e do *alter* pode provocar um choque identitário. A Associação interroga os seus alunos sobre a sua própria identidade e quer ajudá-los na sua própria construção, visto a língua ser mais do que um veículo de comunicação. Ela comporta em si toda uma carga cultural antiga que espalha a verdadeira cultura de um povo. Pretende ter um papel na formação da personalidade para dominarem, da melhor forma possível, as dificuldades a nível do desenvolvimento social.

O pressuposto, como se poderá concluir do que fomos afirmando, é o de que as Associações são lugares privilegiados de observação dessas representações positivas em ação, assim como o trabalho discursivo que as evoca, forma e transforma.

No âmbito desta investigação foi, assim, nossa intenção *grosso modo* evidenciar a produtividade da investigação sobre esta temática, no sentido de problematizar a consciencialização do ensino e da aprendizagem da LP, em contexto associativo, em França.

b) Os resultados sobre o projeto “Educação Intercultural: Representações Sociais dos Alunos do Ensino Secundário, no âmbito da Imigração em Portugal” que vamos apresentar referem-se ao Estudo Exploratório, desenvolvido em 2010,

que tinha como principal objetivo aproximar-nos da complexidade interna inerente à presença de jovens estrangeiros na escola portuguesa, de forma a descobrir pistas de reflexão para o futuro projeto de investigação e intervenção, a partir da perspetiva dos próprios sujeitos da investigação.

Neste sentido, selecionámos a nossa amostra que é constituída por cinco alunos: quatro são estrangeiros, de nacionalidades guineense e cabo-verdiana, e um é autóctone, cuja escolha foi efetuada através da técnica da amostragem de bola de neve. Estes alunos frequentam entre o 7º e o 12º ano em escolas de uma cidade de tamanho médio na zona norte de Portugal, onde estudam alunos estrangeiros de várias nacionalidades em minoria numérica. Todavia, o universo do nosso estudo exploratório engloba também os Encarregados de Educação (EE), no caso dos alunos menores, um membro de uma Associação de apoio à imigração, de nacionalidade ucraniana, e um Professor cujas opiniões usámos, no sentido de obtermos uma triangulação de dados ou *contrastação subjetiva*, tendo em vista a consistência da informação recolhida e as interpretações produzidas (Almeida & Freire, 2008). Salvaguardamos, desde já, a não representatividade da amostra, pelo que as opiniões expressadas não são passíveis de generalização.

Os dados foram recolhidos através de entrevista semiestruturada, realizada pela investigadora, tendo sido essencial a criação de um clima de confiança e a garantia de anonimato, uma vez que se tratava de uma entrevista sobre experiências e vivências pessoais. O tratamento da informação realizou-se aplicando as técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (2009), tendo-nos também apoiado no programa NVivo para a sua codificação e exploração.

Os resultados do nosso estudo revelam-nos que o domínio da LP é o fator que mais preocupa os Professores quando sabem que vão lecionar em turmas multiculturais, pelo que a disciplina de PLNM, a nível curricular, e as aulas de apoio, ao nível extra curricular, são reconhecidas como “muito importantes” e “essenciais” por parte do Professor entrevistado, mas também por parte dos alunos estrangeiros, dos seus EE e do membro da Associação de apoio à imigração entrevistados.

Pese embora este reconhecimento da importância das aulas do PLNM e dos apoios educativos para a integração dos alunos estrangeiros, na opinião destes e dos seus EE, existem alguns constrangimentos, como o facto dessas aulas e apoios não existirem em algumas escolas, não ser detetada atempadamente a sua necessidade ou existirem numa fase inicial do ano letivo em que estes alunos ingressam na escola portuguesa, deixando de existir, posteriormente, apesar das dificuldades que os mesmos continuam a manifestar.

Outra das conclusões do nosso estudo é que os alunos oriundos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, nomeadamente, se deparam no seu processo de integração com um problema sociolinguístico, uma vez que nos seus países de origem os jovens não falam o Português no seu dia a dia e mesmo a nível formal, no ensino, recorre-se ao Crioulo. São os próprios que reconhecem as suas dificuldades, em aula, ao nível da comunicação oral e da expressão escrita em LP, facto que se repercute a vários domínios, dado a LP ser, simultaneamente, objeto de reflexão e veículo de transmissão de saberes. Salientamos, ainda, que a LP não sendo a LM destes sujeitos, é a primeira língua na qual se reflete e a partir da qual se parte para outras línguas a aprender, ficando um “vazio” no que toca às suas LM, não reconhecidas oficialmente nem na Guiné Bissau, nem em Cabo Verde, embora neste último país se tenham desenvolvido esforços, desde 1975, para a oficialização do Crioulo Cabo-verdiano (Ançã & Amaral, 2010).

As opiniões expressas pelos alunos são corroboradas pelos EE que, à semelhança de outros estudos (Ançã, 2007, 2010), indicam que as dificuldades linguísticas específicas de falantes de Crioulo da Guiné-Bissau e de Crioulo de Cabo-Verde são na maior parte das vezes atribuídas pelos informantes à interferência da(s) sua(s) LM(s) (Oliveira et al, 2010).

Estas dificuldades refletem-se na escola, ao nível do aproveitamento, mas também ao nível do relacionamento com os colegas, inclusivamente com os próprios familiares, verificando-se atitudes como o “silêncio”, o isolamento (temporário) dos jovens estrangeiros ou situações de “gozo” que chegam mesmo a despoletar comportamentos agressivos e “brigas”. Também o membro da Associação de apoio à imigração nos relata uma situação pontual, em que serviu de intermediário entre uma família ucraniana, cujo filho manifestava dificuldades na LP, e a escola deste jovem. Estas dificuldades suscitavam o “riso” por parte dos seus colegas de turma e, em sua opinião, estavam relacionadas com o “sotaque” deste aluno ucraniano, com o facto da LP ter um vocabulário muito rico e ser uma língua “muito traiçoeira” onde uma palavra pode significar várias coisas, e com o facto do aluno não ter o exemplo dos pais que não falavam português ou falavam muito mal. Conclui que a situação não ficou resolvida, traduzindo-se no abandono escolar deste aluno que regressou, sem os pais, ao seu país de origem para acabar a escola.

Apesar desta situação pontual, a Professora entrevistada refere que, na generalidade e apesar das diferenças linguísticas,

os alunos oriundos dos países da ex-União Soviética aprendem melhor o Português do que os alunos oriundos dos países dos PALOP, onde o Português é a Língua Oficial. Este facto pode ser justificado, em parte, por estes alunos ex-união soviética pertencerem a um meio social e cultural mais favorável, dado que, na generalidade, os seus pais constituem um público escolarizado e qualificado (Ançã, 2008). Salientamos, também, o facto de possuírem um *background* linguístico considerável, uma vez que são falantes de mais do que uma língua tais como Russo / Ucraniano, Russo / Bielorusso, Russo / Cazaque etc. o que os torna *bons falantes* da língua a aprender (Oliveira, A. M., 2010; Ançã, 2008). No que concerne à língua de origem dos alunos estrangeiros, não constatámos, pela voz dos intervenientes do nosso estudo, quaisquer iniciativas da escola que promovessem a sua valorização ou partilha de experiências.

c) O projeto “Educação em Português para falantes de Língua Russa: as expressões idiomáticas, entre línguas e culturas” insere-se na área do PLNM e tem como objetivo geral refletir sobre o ensino das expressões idiomáticas, numa abordagem interlinguística, intercultural e reflexiva para russo-falantes, jovens e adultos, em duas Associações do Centro do país. Entendemos russo-falantes por aprendentes oriundos de Europa de Leste e Ásia Central que têm o Russo como LM ou língua oficial.

Esta investigação, comparativa e descritiva-interventiva, contará com a participação de dois grupos de aprendentes russo-falantes, de nível de proficiência B1 e/ou B2 (Conselho da Europa, 2001), centrando-se no ensino e na aprendizagem da LP em regime associativo que tem os seguintes objetivos:

Refletir sobre o ensino das expressões idiomáticas em LP a russo-falantes, jovens e adultos, em meio associativo;

Promover a investigação em PLNM que facilite a integração de cidadãos/aprendentes russo-falantes;

Construir conhecimento em Educação de Português para falantes de língua Russa.

Partindo do pressuposto de que ensinar uma língua não materna é mais do que ensinar as estruturas gramaticais dessa língua, é também transmitir uma cultura, os traços da mentalidade de um povo, o que este pensa, crê e como se comporta em termos sociais e culturais (Ortiz Alvarez, 1998), o léxico, este desempenha um papel fulcral, dado ser o domínio linguístico que mais reflete a cultura de uma comunidade (Parreira da Silva, 2008). Desta maneira, a fraseologia, onde se ancoram as expressões idiomáticas, é considerada um património linguístico inestimável, onde se manifesta a visão do mundo, os costumes e tradições, populares e/ou eruditos, que evoluem no tempo e no espaço, a partir do contacto com outras culturas e línguas; constituem, por conseguinte, uma das mais relevantes potencialidades criadoras duma língua (Ortiz Alvarez, 1998; Santos, 1990).

Coimbra & Nunes (2008) afirmam, de um modo geral, que a expressão idiomática é uma expressão sintacticamente não autónoma, cujo sentido global não pode ser concluído pelos sentidos individuais das palavras que a compõem, pelo que o seu sentido idiomático é um sentido arbitrário. Neste sentido, definimos expressões idiomáticas como unidades fraseológicas ou “combinações (sintagmas) metafóricas de palavras convencionais de uma língua, memorizadas como um todo, estáveis (portanto, fixas ou com um certo grau de fixação) e recorrentes” (Rios, 2009, p. 394). Por outras palavras, as combinações metafóricas concretizaram-se pelo seu uso frequente, passando de individual para o social numa determinada língua apoiada na sua tradição cultural (Ortiz Alvarez, 1998).

As expressões idiomáticas fazem assim, parte do discurso quotidiano e tornam a linguagem mais expressiva tanto do ponto de vista oral como da escrita. A compreensão das expressões idiomáticas para um estrangeiro não é tarefa fácil porque a tradução destas altera o verdadeiro significado. Daí a importância em aprofundar o estudo das expressões idiomáticas no ensino / aprendizagem duma língua estrangeira.

Conforme o enquadramento teórico definido e os objetivos levantados esperamos com este estudo melhorar a integração linguística e (inter) cultural dos russo-falantes; contribuir para o ensino de qualidade de LP em contexto não formal (associativo) e refletir sobre o ensino de expressões idiomáticas em LP.

### Considerações Finais

Seja em contexto não formal ou formal, o ensino e a aprendizagem da LP para lusodescendentes em França e para imigrantes em Portugal, constitui um património comum que convém proteger e desenvolver, sendo necessários esforços consideráveis no domínio da educação, de modo a que a diversidade linguística e cultural, em vez de ser um

obstáculo à comunicação, se torne numa fonte de enriquecimento e de compreensão recíprocos.

Relativamente ao projeto **a)**, o ensino e a aprendizagem da LP, em contexto associativo, integra e valoriza a LP enquanto lugar de encontro intercultural e espaço de formação linguística e identitária. Esse ensino representa uma das formas de preservar e promover a divulgação da língua e da cultura portuguesa entre lusodescendentes, quer no domínio linguístico, quer no domínio paralinguístico, assumindo as Associações um papel inquestionavelmente relevante, orientado para o desenvolvimento das competências de compreensão e de comunicação nesta língua.

Segundo as perceções dos sujeitos do estudo **b)**, e no que concerne à aprendizagem da LP como fator de integração em contexto formal, parece-nos que é o aspeto onde se verificam globalmente boas práticas, sendo a sua importância reconhecida pelos intervenientes no nosso estudo. Todavia, algumas das situações atrás descritas chamam a nossa atenção para alguns estudos como o de Vieira da Silva (2002) que afirma a *existência de comportamentos discriminatórios na escola*, manifestados através da rejeição, não valorização da diferença, não valorização dos problemas dos alunos, desrespeito, agressão verbal e/ou física, valorização da cultura da maioria.

No que concerne à língua do país de origem destes alunos e à sua não valorização no espaço escolar é de lamentar que ela não seja tida em consideração para uma maior e total integração, uma vez que a LM é uma base muito importante para que a aprendizagem de qualquer outra língua se realize com sucesso (Oliveira, 2010).

No que concerne ao projeto **c)**, os imigrantes em Portugal necessitam não só de ter um domínio satisfatório do código linguístico para a integração social e para melhorar as suas qualificações profissionais, como também para descodificar os implícitos culturais contidos, nomeadamente nas expressões idiomáticas da LP. Assim, assumimos que ensinar uma língua não materna é mais do que ensinar as estruturas gramaticais dessa língua, é transmitir uma cultura e os traços de mentalidade de um povo. De um modo particular, os imigrantes de Leste recorrem às Associações de apoio a imigrantes onde se processa o ensino não formal que superará um confronto linguístico e um confronto entre várias culturas.

Pelos projetos apresentados pretendemos fundamentar que, para os jovens e adultos que aprendem e estudam a LP em contextos vários, formais e não formais, dentro e fora das fronteiras nacionais, a LP assume-se como idioma internacional que nos exige a salvaguarda de situações de desencontro, por forma a potenciar e aprofundar o entendimento e o enriquecimento intercultural que lhe é subjacente. As Associações e a escola desenvolvem um papel inquestionavelmente relevante no desenvolvimento das competências de compreensão e comunicação em LP que, para além de ser um elemento identitário, se assume como instrumento de integração e de combate à exclusão social.

#### Referências Bibliográficas:

Abdallah-Pretceille, Martine. 1992. *Quelle école pour quelle intégration?* Paris: CNDP Hachette.

Albuquerque, Rosana; Ferreira, Lígia Évora & Viegas, Telma. 2000. O fenómeno associativo em contexto migratório: 2 décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal. Lisboa: Celta Editora.

Almeida, Leandro, Freire, Teresa. 1997. *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: APPORT.

Ançã, Maria Helena & Amaral, Ana Luísa. 2007. Representações metalinguísticas de universitários cabo-verdianos em Aveiro. In: Ançã, Maria Helena (Coord.). *Aproximações à Língua Portuguesa*. Aveiro: Cadernos do LEIP. CIDTFF. Universidade de Aveiro, p. 11- 21.

Ançã, Maria Helena (Coord.). 2010. *Educação em Português e migrações*. Lisboa: Lidel Editores.

Ançã, Maria Helena. 1999. Português - Da língua materna à língua segunda: conceitos e pressupostos. *Noesis*, nº 51, p. 14-16.

Ançã, Maria Helena. 2005. Comentário da conferência de Maria José Grosso: O ensino/aprendizagem de uma língua a falantes de outras línguas. *Palavras*, nº 27, p. 37-39.

Ançã, Maria Helena. 2008. Apropriação da Língua Portuguesa: o exemplo de um público ucraniano adulto e jovem adulto. In: Osório P.& Meyer, R. (Org. e Coord), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira - Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s)*. Lisboa: Lidel Editores, p.119-137.

Andrade, Ana. Isabel. 1997. Processos de interacção verbal em aula de Francês Língua Estrangeira: funções e modalidades de recurso ao Português Língua Materna. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicada).

Arroteia, Jorge. Carvalho. 1985. *Atlas da Emigração Portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração /Centro de Estudos.

Arroteia, Jorge. Carvalho. 2007. Migrações Portuguesas: da expressão de mão-de-obra, às questões de cidadania europeia In: *Congresso Educação e Democracia – Representações sociais, práticas educativas e cidadania* CD.ROM. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 14 -23.

Baganha, Maria Ioannis; Marques, José Carlos & Góis, Pedro. 2004. Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, p. 95-115.

Bardin, Laurence. 2009. *Análise de Conteúdo*. (trad.). 4ª Edição. Lisboa: Edições, p. 70.

Bogdan, Robert & Biklen, Sari. 1994. *Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Colecção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. 2010. *Jornal Oficial da União Europeia*. (389 – 403). C 83/02. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0389:0403:pt:PDF> Acesso em: set. 2010.

Cohen, Louis, Manion, Lawrence. 1994. *Research Methods in Education*. 3ª ed. London: Routledge.

Coimbra, Rosa Lídia & Nunes, Ana Margarida. 2008. “Pôr-se na pele” do falante de PLE. Expressões idiomáticas no discurso publicitário. In: Osório, P. & Meyer, R.N. (Coord.), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) Teoria(s) à(s) Práticas*, Lisboa: Lidel, p. 175-187.

Conim, Custódio. & Carrilho, Maria José. 1989. *Situação geográfica e perspectivas de evolução, Portugal 1960 - 2000*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Conselho da Europa. 2001. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: Edições ASA.

Conselho da Europa. 2008. *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural – “Viver Juntos em Igual Dignidade”*. (2008). Estrasburgo: Conselho da Europa.

Council of Europe. 1992. European Charter for Regional or Minority Languages. N.º 148, p.1-16. Strasbourg: European Treaty Series. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/languages/archive/languages/langmin/files/charter\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/languages/archive/languages/langmin/files/charter_en.pdf). Acesso em: set. 2010.

Dabène, Louise. 1994. *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Paris: Hachette, Collection Références.

Decreto-Lei nº 115/99 de 3 de agosto "Regime Jurídico das Associações de Imigrantes" Disponível em: [www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc021.pdf](http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc021.pdf). Acesso em: Set. 2010.

Despacho Normativo nº 30/2007, de 10 de agosto. Disponível em: [http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=1226&fileName=despacho\\_normativo\\_30\\_2007.pdf](http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=1226&fileName=despacho_normativo_30_2007.pdf). Acesso em: jun. 2011.

Despacho Normativo nº7/2006, de 6 de fevereiro. Disponível em: [http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=1227&fileName=despacho\\_normativo\\_7\\_2006.pdf](http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=1227&fileName=despacho_normativo_7_2006.pdf) Acesso em: jun. 2011.

Faneca, Rosa Maria. 2011. *Aprendizagem e representações da língua portuguesa por lusodescendentes*. Universidade de Aveiro. Edição da Universidade. Tese de Doutoramento.

Grosso, Maria. José. 2009. *Língua não materna – uma problemática conceptual*. Disponível em: [http://www.proformar.org/revista/edicao\\_22/Inm\\_prob\\_conceptual.pdf](http://www.proformar.org/revista/edicao_22/Inm_prob_conceptual.pdf). Acesso em: dez. 2010.

Huddleston, T., Niessen, J., Ni Chaoimh, E. & White, E. 2011. *Migrant Integration Policy (MIPEX III)*. Brussels: British Council and Migration Policy Group.

Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE). 2006. Disponível em: <http://www.immigration.gouv.fr/> (Ministère de l'immigration, de l'intégration, de l'identité nationale et du co-développement). Acesso em : dez. 2009.

Journal Officiel de la République Française – Lois et Décrets. Disponível em: [www.journal-officiel.gouv.fr/frameset.html](http://www.journal-officiel.gouv.fr/frameset.html). Acesso em: set. 2010.

Lei Orgânica nº. 2/2006, de 17 de Abril. Disponível em: <http://www.lawrei.com/default.asp?id=416>. Acesso em: set. 2010.

Mendes, Maria Manuela Ferreira. M. 2010. *Imigração Identidades e Discriminação. Imigrantes Russos e Ucrânianos na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais.

Mota, Maria Antónia C. 1996. Línguas em contacto. In: Faria, I. Hub e outros (Org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 505-533.

OECD. 2008. International Migration Outlook, Annual Report, 2008 Edition. Disponível em: [http://www.economia.unam.mx/cegedemex/DOCS/migracion\\_ocde.pdf](http://www.economia.unam.mx/cegedemex/DOCS/migracion_ocde.pdf). Acesso em: Jun. 2011.

Oliveira, Ana Luísa; Ferreira, Teresa, Paiva, Zilda & Ançã, Maria Helena. 2010. Comparação interlinguística como recurso didático: A aprendizagem do português por ucranianos, guineenses e cabo-verdianos. In: Ançã, M. H. (Coord.) (2010). *Educação em Português e Migrações*. Lisboa: LIDEL Editores, p. 63 – 107.

Oliveira, Ana Maria. 2010. Processamento da informação num contexto migratório e de integração. In: Ançã, M. H. (Coord.). *Educação em Português e Migrações*. Lisboa: LIDEL Editores, p. 11 – 42.

Ortiz Alvarez, Maria Luísa. 1998. Expressões Idiomáticas: Ensinar como palavras, ensinar como cultura. In: Pinto, F. & Júdice, N. (Org.). *Para acabar de vez com Tordesilhas*. Lisboa: Edições Colibri, p. 101 – 117.

Pardal, Luís & Ferreira, Hélder & Afonso, Elisabete 2007. Língua e Integração: Representações Sociais de Imigrantes. In: Ançã, M. H. (Coord.). *Aproximações à Língua Portuguesa*. Aveiro: CIDTFF/Universidade de Aveiro, p. 63 – 82.

Parreira da Silva, Maria Cristina. 2008. O tratamento de Lexicultura nos Dicionários Bilingües Francês-Português. In: Magalhães, J. S. & Travaglia, L. C. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Lingüística* Uberlândia: EDUFU, p. 2021-2026. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_434.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_434.pdf). Acesso em: set. 2010.

Pena Pires, Rui. 2002. Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 39, p.151-166.

Pena Pires, Rui. 2006. A integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios, ISCTE.

Perdigão, Manuela (Coord.). 2005. Português Língua Não Materna no Currículo Nacional. Documento Orientador. Ministério da Educação. Disponível em: [http://sitio.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/documents/plnmdoc\\_orientador.pdf](http://sitio.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/documents/plnmdoc_orientador.pdf). Acesso em: jul. 2011.

Portaria nº1262/2009, de 15 de outubro. Disponível em: [http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=4335&fileName=portaria\\_1262\\_2009.pdf](http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=4335&fileName=portaria_1262_2009.pdf). Acesso em: jun. 2011.

QUAREPE. 2005. *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro (EPE)*. Despacho nº 21787/2005 (2ª Série). Disponível em: [www.dgicd.min-edu.pt/fichdown/Quadro\\_de\\_Referencia.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/fichdown/Quadro_de_Referencia.pdf). Acesso em: jul. 2011.

Rios, Tatiana Helena Carvalho. 2009. As expressões idiomáticas no ensino de espanhol como língua estrangeira. *Linguagem & Ensino, Pelotas*. v.12, n. 2, p. 393-418. (Julho/Dezembro).

Santos, António Nogueira. 1990. *Novos Dicionários de Expressões Idiomáticas*. Lisboa: Sá da Costa.

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. 2011. RIFA - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2010. SEF. Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf). Acesso em: agos. 2011.

Serrão, Joel. 1977. *A emigração portuguesa, sondagem histórica* (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Stake, Robert. 2009. *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira da Silva, Maria Carmo. 2002. *Discriminatio subtilis: estudo de três classes multiculturais* – Dissertação (Doutoramento) - Universidade de Lisboa.

Volovitch-Tavares, Marie Christine. 2001. Les phases de l'immigration portugaise, des années vingt aux années soixante-dix. Disponível em: <http://ens.fr/cliio/revues/AHI/articles/volumes/volovitch.html>. Acesso em: dez. 2009.

## EMIGRANTES AO ESPELHO: AUTO-RETRATO DE EMIGRANTES PORTUGUESES A RESIDIR NA ÁUSTRIA

Cláudia Fernandes<sup>5</sup>

**Resumo:** A presença e a ausência de emigrantes na sociedade portuguesa é uma constante há séculos. No entanto, o perfil e a situação do emigrante bem como as características e o contexto da emigração têm vindo a sofrer algumas alterações nas últimas décadas. Nessa medida, o conceito de emigrante tem adquirido novos contornos, que se difere em certas perspectivas do chamado emigrante português clássico ou tradicional. O perfil do novo emigrante mudou igualmente pelo facto de toda a conjuntura onde ele se insere ter sido alterada, mas será que as suas motivações e objectivos também mudaram? Até que ponto é que este novo emigrante se revê no rótulo que lhe foi (linguisticamente) imposto, o de alguém de uma nacionalidade que vive e trabalha noutro país? Aceita ou apresenta alternativas? Esta comunicação propõe-se apresentar o espelho dos emigrantes portugueses na Áustria, descrito e comentado pelos próprios.

**Palavras-chave:** Emigração, portugueses, Áustria

### Introdução

Esta comunicação surgiu no âmbito das pesquisas relativas ao trabalho de doutoramento que visa a descrição do comportamento linguístico dos portugueses residentes na Áustria.

As questões da emigração têm ocupado os portugueses deste tempo inenarráveis. Há séculos que o fenómeno migratório se manifesta em Portugal e fá-lo de uma forma tão marcada e contínua que molda a sociedade portuguesa, tanto pela presença como pela ausência desta franja da população. Vitorino Magalhães Godinho (1978) descreveu a migração como uma constante da sociedade portuguesa, na medida em que é impensável pensar-se nela nos últimos séculos sem a referência à movimentação de pessoas. Baganha, Góis e Pereira (2005) comungam desta ideia defendendo que “since the fifteenth century the exit movements have become progressively integrated into the lifeways of several groups, which have developed their value systems so as to support those lifeways”, mas espartilhando os fluxos migratórios a partir de meados do século XIX em três ciclos<sup>6</sup>.

No entanto, do que é que se está a falar quando se fala de emigração? Jorge Portugal Branco (2001) declara que “a emigração (...) designa uma prática imemorial inerente ao ser humano: a busca de melhores condições de vida. Variam segundo as épocas e os contextos as razões de partidas”. Joel Serrão (1970) chama “emigrante tão-só àquele que resolveu abandonar o País por *motivos pessoais* livremente concebidos, independentemente de solicitações oficiais e, até, *muitas vezes em oposição a estas*”<sup>7</sup>. E ainda se acrescenta a definição de Thomas Krefeld (2004) “Migration [ist] ein spezifische Erscheinungsform der Mobilität; allerdings sollte man im Interesse einer deutlichen Abgrenzung nicht jede Mobilität schon als Migration bezeichnen”<sup>8</sup>.

Para o seguinte estudo foram tomados em consideração os três aspectos apontados pelos demais autores acima citados. A mobilidade: pessoas em movimento. A voluntariedade: vontade própria que resultou na mobilidade. A busca de melhores condições de vida: o objectivo último de qualquer pessoa é conseguir que a sua vida prospere, independentemente do que for necessário para que esta premissa se concretize: no plano pessoal, no plano afectivo, no plano profissional, no plano material, etc.

<sup>5</sup> Universidade de Viena, Instituto de Línguas Românicas, www.univie.ac.at, Viena, Áustria, claudia.fernandes@univie.ac.at

<sup>6</sup> 1º ciclo a partir do século XIX até 1960 com destino ao continente americano, sendo o Brasil o destino preferencial. 2º ciclo entre 1950 e 1974 com destino a Europa, sendo preferidos destinos na Europa central, nomeadamente, França e Alemanha. 3º ciclo a partir de 1985, continuando o destino a ser a Europa central, mas desta feita a Alemanha e a Suíça como alvos preferenciais.

<sup>7</sup> Itálicos no original.

<sup>8</sup> A emigração é uma manifestação da mobilidade, no entanto se se quiser uma delimitação mais clara, nem todo o tipo de mobilidade pode ser classificado de migração. (Tradução da autora)

De qualquer modo, há que ter em conta que a representação do emigrante português no imaginário colectivo português não andarão muito longe do perfil traçado por Maria Luís Rovisco (2001) para a emigração portuguesa com destino à Europa:

De início tratava-se sobretudo de jovens do sexo masculino, muito deles casados, de baixo estatuto sócio-económico e habilitações literárias muito fracas ou mesmo inexistentes que, dadas as deficiências estruturais da economia portuguesa (designadamente no que se refere à incapacidade do país para absorver a mão-de-obra excedentária do sector primário), se viram obrigados a procurar trabalho nos países industrializados da Europa central. Posteriormente e sobretudo em virtude do reagrupamento familiar, verifica-se um aumento progressivo da emigração feminina.

Como veremos mais adiante esta imagem está bastante presente no inconsciente português, do homem sem grandes estudos nem posses que foi para França ou Alemanha trabalhar.

No entanto, despontaram nas últimas décadas novas tendências na emigração, ou seja, os fluxos migratórios adquiriram um novo formato e optaram por novos destinos. José Carlos Laranjo Marques (2001) aponta para os meados da década de 80 do século passado como ponto de viragem, especialmente “pela alteração do contexto institucional (...) a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 trouxe consigo o surgimento de novas condições de circulação para os trabalhadores portugueses.”

É precisamente neste novo e relativamente recente fluxo migratório que se inscreve a população portuguesa residente na Áustria entrevistada para este estudo.

### Comunidade portuguesa na Áustria

De acordo com as fontes oficiais<sup>9</sup>, a população portuguesa residente na Áustria está ligeiramente acima do milhar e meio de indivíduos. Estes encontram-se espalhados por todo o país, apesar de praticamente a metade (50%) residir na província de Viena que é simultaneamente a capital. Seguem-se 12% nas províncias mais ocidentais do país (Tirol e Vorarlberg), 11% na Baixa Áustria, 11% na Alta Áustria, 7% na Estíria, 5% em Salzburgo, 3% na Caríntia e 1% em Burgenland.



Figura 1 – Mapa da Áustria e respectivas províncias federais

<sup>9</sup> O Observatório de Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=13>) e a Statistik Austria ([http://www.statistik.at/web\\_de/statistiken/bevoelkerung/bevoelkerungsstruktur/bevoelkerung\\_nach\\_staatsangehoerigkeit\\_geburtsland/index.html](http://www.statistik.at/web_de/statistiken/bevoelkerung/bevoelkerungsstruktur/bevoelkerung_nach_staatsangehoerigkeit_geburtsland/index.html)) indicam 1594 enquanto a Embaixada Portuguesa local aponta para os 1620 indivíduos. É facto largamente apontado na literatura que as estatísticas do país de partida e o país de acolhimento tendem a diferir por motivos distintos (métodos de contagem, registos e declarações oficiais). Para este estudo, optou-se por apresentar as estatísticas da Embaixada, uma vez que são as que revelam maior detalhe no que se refere à distribuição dos indivíduos por género, faixa etária e província de residência.

Nota: A autora notou que os somatórios das parcelas indicadas pela Embaixada não coincidem com o total indicada pela mesma fonte, limitando-se a reproduzir a informação obtida. As percentagens apresentadas foram calculadas tendo em conta o somatório das parcelas e não o número total de indivíduos indicados.

No que se refere à distribuição por género, constata-se o seguinte: a população masculina (58%) continua a ser superior à população feminina (42%). No que diz respeito à faixa etária, o grosso da população encontra-se em idade activa: 33,5% tem entre 30 e 40 anos, 23,2% entre os 40 e os 50, 19,5% entre os 20 e os 30, 9,6 % com idade inferior a 20 anos e 9,5% para os entre 50 e 60 anos, sendo que os restantes 4,6% têm mais de 60 anos. (cf. a tabela 1 para dados mais pormenorizados).

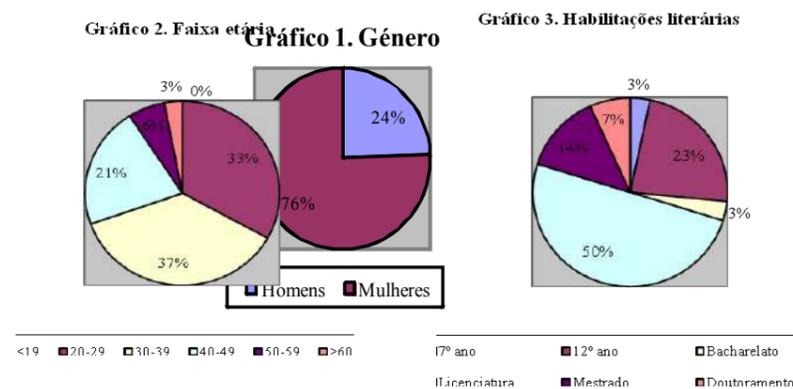
Tabela 1.  
Portugueses na Áustria (de acordo com os dados de 2009 da Embaixada Portuguesa)

| Portugueses inscritos na Embaixada Portuguesa na Áustria |       |        |          |
|--|-------|--------|----------|
| Idade  | Total | Homens | Mulheres |
| < 20   | 131   | 73     | 58       |
| 20 – 30  | 266   | 155    | 111      |
| 30 – 40  | 457   | 269    | 188      |
| 40 – 50  | 317   | 194    | 123      |
| 50 – 60  | 130   | 71     | 59       |
| > 60   | 63    | 31     | 32       |
|  | 1364  | 793    | 571      |

### População Entrevistada

Como já foi mencionado anteriormente as entrevistas de que resultaram este trabalho foram conduzidas no âmbito de uma investigação sobre os comportamentos linguísticos dos portugueses na Áustria. Nessa medida, foi realizada uma pré-selecção à população portuguesa residente que teve como critérios o tempo de permanência na Áustria e os conhecimentos da língua alemã. Com efeito, foram seleccionados indivíduos que residissem na Áustria há pelo menos 2 anos e que tivessem conhecimentos suficientes de alemão para usar esta língua no seu dia-a-dia. Por isso, teria sido possível obter um número maior de entrevistas, se não tivesse sido aplicado este critério. No entanto, julgou-se estar perante um número significativo de entrevistados para avançar com este estudo. Foram entrevistadas 33 pessoas e as entrevistas realizaram-se entre Outubro e Dezembro de 2010.

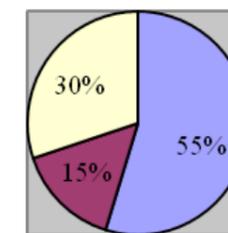
De seguida são apresentados os números absolutos, sendo que nos gráficos que se seguem estarão patentes as respectivas percentagens. Nesta amostra encontravam-se 8 homens e 25 mulheres (cf. gráfico 1). No que se refere à faixa etária não havia ninguém abaixo dos 19 anos de idade, entre os 20 e os 29 anos 11 pessoas, entre os 30 e 39 anos 12 pessoas, entre os 40 e os 49 anos 7, entre os 50 e 59 2 e só havia uma pessoa com mais de 60 anos (cf. gráfico 2).



Tal como apresentado no gráfico 3, as habilitações literárias são essencialmente a nível superior. Há um indivíduo que se apresentou com o 7º ano de escolaridade, 7 com o 12º ano (sendo que aqui se poderá fazer a ressalva que 3 entrevistados estavam a frequentar ou a terminar a licenciatura no momento da entrevista), 1 pessoa com o bacharelato, a grande maioria (15) têm uma licenciatura, 4 um mestrado e 2 um doutoramento.

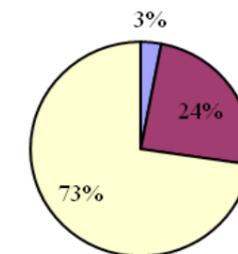
No que se refere à origem dos entrevistados, a maioria (18) vêm da área da Grande Lisboa, seguido de 5 pessoas que são originárias do Grande Porto e curiosamente os restantes entrevistados vêm de zonas diferentes do país, ilhas incluídas. Há um representante de cada uma das seguintes zonas: Braga, Vila Real, Viseu, Figueira da Foz, Coimbra, Leiria, Setúbal, Algarve, Madeira e Açores (cf. gráfico 4). Por fim, ficam os dados referentes ao ano de chegada dos inquiridos à Áustria (cf. gráfico 5). Houve 1 pessoa que chegou ainda na segunda metade dos anos 80, 8 que vieram na década de 90 e a esmagadora maioria mudou-se para a Áustria já depois do ano 2000, inclusive. (cf. gráfico 6).

Gráfico 4. Origem



Grande Lisboa ■ Grande Porto ■ Outros pontos do país

Gráfico 5. Ano de chegada à Áustria



■ Anns 80 ■ Anns 90 ■ Anns 2000

### Respostas dos Entrevistados

A análise e comentário que se seguem prendem-se com as respostas dadas a duas perguntas: “Qual é a sua definição de emigrante?” e “Considera-se emigrante?”. Estas duas questões faziam parte de uma entrevista mais longa cujo tema se norteava essencialmente pelas diferenças entre Portugal e a Áustria, discorrendo sobre as motivações para partir, questões de adaptação a um novo meio e planos de regresso.

As perguntas e a sequência das mesmas não eram conhecidas por parte dos informantes, desta forma, todas as respostas foram completamente espontâneas. A própria reacção a este par de perguntas também foi curiosa. Muitos informantes face à primeira pergunta e sem obviamente saber do conteúdo da seguinte responderam de imediato “Eu não me considero um emigrante” ou “Eu não me sinto emigrante”, não respondendo de todo ao que fora perguntado, mas espelhando de imediato as suas reservas em relação a este conceito.

De um modo geral, todos os informantes avançaram com uma definição extremamente pragmática, identificando o emigrante como sendo alguém que sai do seu país e que reside noutro que não o seu. No entanto, apenas esta ideia de “alguém que parte e passa uma fronteira” é que se verificou como um denominador comum a todas as respostas, pois a partir daí cada um focou um aspecto diferente da condição de emigrante, fosse ela a motivação, o objectivo, as intenções ou mesmo a integração no país de acolhimento.

De forma quase uníssona, a grande motivação apontada pelos informantes foi a “necessidade”, ou seja, o típico emigrante económico que precisa de sair do seu país por questões de sobrevivência. A título de exemplo: “É alguém

que por necessidade abandona o seu país” (informante 6) “Pessoa que cortou os laços com a sua família e o seu país e foi para um sítio onde não conhecia nada” (informante 29). Note-se no dramatismo da selecção vocabular deste último depoimento. Se a grande causa apontada é a referida necessidade, o objectivo da emigração só poderia consistir na supressão dessa necessidade, porém o colmatar dessa lacuna foi enunciado de formas diversas. O mais abrangente foi com certeza o “procurar melhor” sem se definir o campo de actuação deste “melhor”, se a nível pessoal, económico, social, etc. Mas houve quem detalhasse mais o objectivo do emigrante: as ideias mais repetidas foram: encontrar simplesmente trabalho ou um trabalho melhor e ganhar dinheiro. Tendo este objectivo cumprido, a intenção do emigrante, de acordo com os informantes, consiste em juntar o dinheiro nomeadamente para a reforma e/ou para o regresso a Portugal. Nesta situação de regresso houve igualmente quem mencionasse a necessidade do emigrante de exhibir o que conquistara até aí. Relativamente à estadia no país de acolhimento as opiniões divergem bastante, havendo de tudo. Há quem diga que o emigrante nunca se integra, há quem diga que ele se esforça por se integrar e há também quem diga que o emigrante terá de ter forçosamente uma abertura de espírito para poder adaptar-se ao seu novo país. Uma fatia mais fina dos informantes apontou para a coexistência de dois conceitos de emigração, apontando aqui para o contraste visível entre passado e presente. Outros não falando efectivamente de dois perfis, aludem inconscientemente ao passado ao revelar que o conceito do emigrante se encontra em transformação.

Desta forma, a passagem do tempo e os novos contornos económicos, políticos e até sociais fizeram com que o conceito de emigração evoluísse e que fosse actualizado face a uma nova realidade. Assim, são traçados dois perfis, um mais antigo e outro mais actual. No fundo, o primeiro conceito é logo à partida caracterizado de desactualizado e no seu conteúdo, ele corresponde em grande parte à descrição feita anteriormente ao chamado emigrante económico, onde se acrescentam pormenores curiosos como “a pessoa não tem interesse pelo que a rodeia” (informante 14), enfatizando o desapego ao país de acolhimento, especialmente se emparelhamos este enunciado com o objectivo de voltar à terra pátria. O segundo conceito surge de certa maneira como uma antítese dessa imagem do emigrante clássico por não se tratar de uma questão de sobrevivência. Há quem o designe de “emigrante voluntário” (informante 10) mas não estando satisfeito com a solução linguística reformule perifrasticamente, eliminando de todo a palavra emigrante com “é um português a viver na Europa” (informante 10).

Os que estão convencidos de que o termo “emigrante” se encontra em turbulência significativa apontaram o recente contexto europeu para justificar a sua teoria. Com efeito, a entrada de Portugal na União Europeia, a assinatura do Acordo de Schengen, a facilidade e rapidez das vias de comunicação fizeram com que “as distâncias não sejam tão grandes” (informante 21). Este informante acrescenta ainda que este novo tipo de emigrante “tem um maior poder de decisão”, deduzindo-se daqui que anteriormente esse poder de decisão era reduzido ou inexistente, fazendo com que as pessoas se sujeitassem a uma série de condicionantes não necessariamente por vontade própria. Contrariamente, o emigrante pode decidir para onde vai, quanto tempo fica, se regressa, quando regressa e com que periodicidade, não estando tão afastado do país como outrora, uma vez que com a evolução da comunicação (telemóveis, internet, etc) do longe se faz perto. O informante 23 leva esta questão da capacidade de decisão ao extremo, dizendo que ser emigrante é ser livre e que a emigração não passa de uma expressão de liberdade, conferindo uma imagem completamente diferente ao emigrante daquela dada a início.

Aqui a luta pela sobrevivência de outrora é substituída por outros propósitos tão díspares quanto a vinda por “amor” e a procura de “aventura” (informante 2), “uma experiência enriquecedora diferente” (informante 11), “alargar horizontes” (informante 14).

Como já foi referenciado anteriormente o imaginário colectivo referente à emigração é bastante forte. A imagem do emigrante está pejada de uma série de características que em certa altura até podem ter coincidido com a realidade, mas que com o passar do tempo deu azo a alguns exageros e a outros tantos clichés. Um destes clichés prende-se com a riqueza gastronómica portuguesa que anda de mão dada à imagem prototípica do emigrante. A evidenciar esse mesmo facto, alguns entrevistados não escaparam ao cliché do farnel para o país de acolhimento, mencionando o bacalhau, o azeite, o queijo e o chouriço. Com efeito, conseguiram aliar os ditos emigrantes antigos e os emigrantes actuais, recorrendo ao imaginário gastronómico português e explorando ainda mais o lado sentimental luso, era praticamente

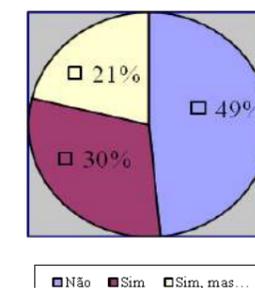
inevitável que alguém falasse em saudades. “Ser emigrante é ter saudades” disse taxativamente o informante 25.

Uma vez feito o apanhado geral das respostas à primeira questão, passemos então aos conteúdos enunciados em resposta à pergunta: “Considera-se um emigrante?”.

Ainda antes de esta questão ter sido colocada, muitos dos informantes já tinham acenado com a resposta quase em tom defensivo quando fora enunciada a primeira pergunta. Estranhamente à pergunta “Qual é a sua definição de emigrante?” muitos responderam intempestivamente: “Eu não me considero emigrante.” com a variante “Eu não me sinto um emigrante”.

Mas voltando à questão propriamente dita e às respostas correspondentes. Era de certo modo previsível que esta pergunta causasse alguma titubeação aos entrevistados, pois estaria por um lado a confrontá-los com a realidade dos factos e por outro com as definições que uns minutos antes teriam enunciado. No entanto, esta hesitação acaba por ser paradoxal se pensarmos que as coisas têm nomes em certa medida aleatórios e vazios de sentido: à situação x aliada ao contexto y dá-se o nome de z. Assim, à situação “cidadão português” aliado ao contexto “viver na Áustria” dar-se-ia o nome de “emigrante”. No entanto, face à perplexidade evidenciada por muitos entrevistados, essa fórmula não é assim tão automática, simples ou manifesta, reflectindo a multiplicidade de conteúdos que o termo emigrante encerra em si e dos quais muitos dos informantes quiseram distanciar-se.

Gráfico 6: Considera-se emigrante?



Com efeito, as respostas e especialmente a sua variedade e a diversidade de justificações foram surpreendentes, mostrando que se trata verdadeiramente de um terreno de areias movediças. Recorrendo à frieza dos números, confrontados com a pergunta “Considera-se emigrante?” 49% dos inquiridos disse que não, 30% disse que sim e 21% disse que sim mas com algumas reservas e outras tantas justificações. Mais uma vez é de salientar que todos os entrevistados eram cidadãos portugueses que residiam na Áustria há pelo menos dois anos à data da entrevista.

Praticamente metade dos inquiridos não se considera emigrante e para esse facto contribuíram justificações de índole diversa. Uma delas é a questão europeia. O facto de Portugal fazer parte da União Europeia e dos cidadãos portugueses usufruírem e circularem livremente no Espaço Schengen faz com que alguns informantes se assumam europeus e nessa medida o seu espaço de manobra é a Europa, sentindo-se no direito de viver em qualquer um dos Estados-Membros e por isso estar na Áustria ou em Portugal não é assim tão distinto, tendo como base essa filiação europeia. Outra questão bastante referida é a familiarização ao novo espaço que é expressa de diferentes formas: uns sentem-se em casa (informantes 1 e 10), outros sentem-se integrados (informantes 1, 2 e 25), outros ainda que se sabem movimentar (informante 14) ou aqueles que apresentam a sua capacidade de adaptação à nova realidade (informante 23) como um factor imunizante face a eventuais parecenças com emigrantes.

Outra estratégia escolhida por muitos para justificarem o facto de não se considerarem emigrantes foi a explicação pela negativa: “não faço vida de emigrante” (informante 3), “não tenho casa própria nem constituí família” (informante 4),

“não fugi por razões políticas nem económicas”, “não vim à procura de uma vida melhor” (informante 8), “não mudei de país por causa de trabalho, nem estou a lutar pela subsistência” (informante 9), “é ir para ganhar dinheiro e voltar e eu não sei se volto” (informante 26), “não emigrei por motivos económicos” (informante 30).

Em algumas destas justificações já se pressente a comparação (in)consciente com o emigrante clássico português, mas houve quem o dissesse explicitamente: “não me identifico com aquele emigrante que fala tudo trocado, que vem em Agosto às festas” (informante 2), “não tenho aquelas atitudes que eles [emigrantes] têm” (informante 14), “[emigrante] faz lembrar a Linda de Suza e a sua mala de cartão” (informante 19). Com este tipo de alegação, entende-se porque é que alguns informantes não se querem identificar como emigrantes, pois a seu ver, o emigrante é aquele que expressa-se verbalmente de forma menos correcta, que vai a Portugal apenas em Agosto de férias e para participar nas romarias e festas típicas da sua região, que tem comportamentos em parte simplórios<sup>10</sup>, em parte extravagante e inclusivamente se apresenta um dos rostos mais mediatizados da emigração passada portuguesa: Linda de Suza.

Poucas são as pessoas (6%) que assumem expressamente não gostar do termo “emigrante” e uma percentagem ligeiramente mais alta (9%) reconhece que o termo tem uma conotação francamente negativa “em Portugal os emigrantes são sempre gozados porque não falam português direito” (informante 15), “claro que têm [preconceitos com a palavra emigrante]. Um terço do país vive fora, foi sempre assim. Na verdade somos 14 ou 15 milhões” (informante 22), “que a palavra emigrante o vá prejudicar e veja de uma forma prejudicial” (informante 31).

Porém se houve quem se mostrasse descontente com o termo “emigrante”, revelando a sua má fama, houve quem avançasse com alternativas para substituir a malograda palavra. O termo melhor cotado como alternativa foi sem dúvida: “europeu” no âmbito do raciocínio anteriormente explicado “se sou europeu e pertenço à União Europeia, não posso ser emigrante” ainda sustentado com “se fosse outro sítio [fora da Europa] considerava-me” (informante 29). Mas houve outras opções, umas mais conseguidas do que outras, a saber, “sou deslocada” (informante 9), “sou uma estrangeira residente” (informante 12), “uma portuguesa a viver na Áustria” (informante 28), “sou cosmopolita” (informante 19), “sou um cidadão do mundo” (informante 23). O informante 22 afirmou ironicamente “ser expatriada” com uma referência implícita aos *expats*, vocábulo bastante comum e de uso corrente em círculos anglófonos, ridicularizando a expressão. Com efeito, foi notório o desconforto que a palavra “emigrante” causa, resultando na fuga para: um novo termo, sem qualquer tipo de bagagem cultural ou histórica, mesmo que essa palavra não seja propriamente abonatória (ex.: deslocada, expatriado); uma enunciação descritiva (estrangeira residente, portuguesa a viver na Áustria); uma forma de estar no mundo mais global e mais aberta, (europeu, cosmopolita, cidadão do mundo) cujos horizontes seriam encurtados pelo termo emigrante.

Por fim, houve uma informante que deu a volta à questão dizendo que não se sentia como uma emigrante pois os próprios austríacos não a viam como tal (informante 24). Desta forma, ela muda o foco da pergunta, já não se trata de uma sensibilidade de dentro para fora, mas sim de fora para dentro. Se a comunidade local não a vê como estrangeira, consequentemente emigrante, ela também não o faz.

Todavia houve 51% dos entrevistados que responderam afirmativamente serem emigrantes, confirmando uns essa condição de forma categórica e havendo outros que emitiram um sim bastante tremido, escudando-se em argumentos vários para demonstrar a singularidade da sua situação.

As respostas manifestamente positivas foram justificadas de diversas maneiras, ora alicerçados na realidade factual: “não estou no meu país, estou a trabalhar, quero voltar, tenho saudades” (informante 21), ora tendo como base a tradição migratória portuguesa desde o século passado (informante 22), mas ainda apresentando uma série de marcas de portugalidade especialmente difundidas e cultivadas entre e por portugueses fora do seu país: “eu não ouvia fado e agora ouço, nunca liguei a rissóis agora tenho saudades e de vez em quando faço arroz doce” (informante 11); ou **apontando características** típicas do emigrante tradicional “Volto sempre” (informante 18) ou ainda também houve

<sup>10</sup> Albertino Gonçalves (2001) discorre sobre a imagem que os residentes portugueses têm sobre os emigrantes referindo “A visibilidade, o exibicionismo e o exagero das pretensões dos emigrantes constituem três dimensões interligadas”.

quem indicasse as diferenças na educação e o próprio contexto em que se cresce: “eu não cresci como os austríacos cresceram e isso influencia a forma de estar” (informante 27).

Já os “sim” mais reticentes ampararam-se em várias linhas argumentativas, a primeira consiste em aplicarem a definição anteriormente dada em causa própria, mas apontando o seu caso para uma situação excepcional: “De acordo com a definição sim [sou emigrante], mas aqui na Áustria não!” (informante 14); “Sim, sou um português e vivo no estrangeiro, mas não, não faço a vida de emigrante” (informante 3). A segunda prende-se com os níveis de integração, que podem ir do nulo ao total e servem do mesmo modo para espelhar a condição de emigrante: “Estou completamente fora” (informante 28), “Estou completamente integrada” (informante 25). No entanto, há quem levante o véu acerca do significado de integração: problemas com a língua: “Sim, [sou emigrante] por causa dos meus conhecimentos de alemão” (informante 20); aceitação social ou falta dela: “Sim, [sou emigrante] porque os outros me vêem assim” (informante 17). Aqui volta a verificar-se um fenómeno já enunciado por um dos entrevistados que não se considerava emigrante, o do passar para a perspectiva do outro, mudar a posição do foco, não se centrando nas suas próprias convicções, mas delegando para os outros, para a sociedade de acolhimento, a definição da sua pessoa, assumindo como verdadeiro o que ele acha que ela dita. Por outro lado, houve quem se apoiasse num quadro meramente jurídico: “Em termos legais sim [sou emigrante]” (informante 13) e outros que projectassem cenários futuros: “Aqui sim [sinto-me emigrante] mas daqui a uns tempos com as fronteiras abertas as pessoas vão ficar todas misturadas” (informante 31).

## Conclusão

Esta breve pesquisa veio mostrar que, apesar da longa tradição que os fenómenos migratórios têm em Portugal, se trata de uma questão longe de ser pacífica. A diversidade de reacções e de respostas emitidas pelos informantes espelham uma nova realidade que tem alguma dificuldade em se identificar com um modelo decalcado usado para outras gerações de emigrantes. As diferenças dos que partiram são bastantes e logo por aí começa a distinção. Esta nova leva de emigração é muito mais qualificada, tendo habilitações bastante especializadas, tem um poder de decisão e espaço de manobra muito maior, não só fruto das suas qualificações, mas também pelo próprio enquadramento social, político e económico que os rodeia. A unidade Europeia promove a mobilidade e muitos deles antes de viverem na Áustria já tinham vivido noutros países, quer ao abrigo do programa de intercâmbio de estudantes Erasmus, quer para acumular experiências ou alargar horizontes por conta própria. Por outro lado a movimentação não tem um carácter definitivo como outrora, é muito mais dinâmico não só em relação ao país de acolhimento, como também no que toca ao país de partida. Portugal já não fica tão longe e já não é apenas destino uma vez por ano. Os avanços da tecnologia fomentam a proximidade com Portugal, pela leitura de jornais online, pelo visionamento de programas de televisão nacionais, pelo contacto com familiares e amigos. Mas o certo é que apesar de muitos terem negado, todos eles vieram procurar mesmo que inconscientemente uma vida melhor na Áustria, querendo com isso dizer, a realização pessoal, profissional ou outra. É esse um ponto de contacto a par do “coração português” que o emigrante actual mantém com o emigrante tradicional.

No entanto, a imagem que os portugueses têm dos emigrantes não é propriamente lisonjeadora daí que quando os mesmos portugueses se encontram num contexto migratório não se queiram rever nesse imaginário repleto de clichés com o qual não se identificam e tentem a fuga a um termo onde não vêem cunhada a sua própria imagem.

Tal como alguns dos entrevistados evidenciaram, talvez se verifique a necessidade de se criar uma nova designação para esta nova vaga de emigrantes que melhor os retrate, pois tal como pudemos verificar quando os emigrantes actuais se vêem ao espelho, eles vêem muito mais coisas do que alguma vez se poderia esperar.

Observação: Este artigo não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Referências Bibliográficas:

Baganha, Maria; Góis, Pedro; Pereira, Pedro. 2005. "International Migration from and to Portugal: What Do We Know and Where Are We Going?" in Klaus Zimmermann (Org.), *European Migration – What Do We Know?*. Oxford: Oxford University Press.

Branco, Jorge Portugal. 2001. "[A comunidade portuguesa em França \(I\)](#)", in *Janus* 2001, pp. 148-149, ([www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt)).

Godinho, Vitorino Magalhães. 1978. "L'émigration portugaise (XVe. — XXe. Siècles) — une constante structurelle et les réponses au changement du monde", *Revista de História Económica e Social*, pp. 5-32.

Gonçalves, Albertino. 2001. "[Atitudes e representações dos residentes face aos emigrantes](#)", *Janus* 2001, pp. 166-167, ([www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt)).

Krefeld, Thomas. 2001. *Einführung in die Migrationslinguistik*. Tübingen: Günter Narr.

Marques, José Carlos Laranjo. 2001. "[A emigração portuguesa para a Europa: desenvolvimentos recentes](#)", *Janus* 2001, pp. 146-147, ([www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt)).

Rovisco, Maria Luís. 2001. "[Panorama histórico da emigração portuguesa](#)", *Janus* 2001, pp. 138-139, ([www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt)).

Serrão, Joel. 1970. "Conspecto histórico da emigração portuguesa" in *Análise Social*, vol. VIII, nº 32, pp. 597-617 (<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258510R3rFG4jc9La79ZA4.pdf>)

ONDE ESTÃO E O QUE SE DIZ ACERCA DAS CRIANÇAS PEQUENAS CHINESAS NO GRANDE PORTO: PERCALÇOS E PERCURSOS NA GÊNESE DE UMA PESQUISA

Conceição MENINO<sup>11</sup>

Manuela FERREIRA<sup>12</sup>

**RESUMO:** A Comunidade Chinesa em Portugal conta, actualmente, cerca de 15 000 membros, incluindo os que já adquiriram nacionalidade portuguesa, e desenvolvem actividade comercial, na sua grande maioria em lojas, restaurantes e armazéns. Trata-se de uma comunidade considerada fechada pelos portugueses e verifica-se uma certa invisibilidade das crianças no sistema educativo português. Muitas frequentam aulas privadas porque os pais querem que elas aprendam a língua chinesa. Ainda que haja situações em que os pais inscrevem os seus filhos no estabelecimento de ensino português público mais perto do trabalho ou da residência, tornando, assim, cada um deles muitas vezes no único aluno chinês de cada turma, há famílias que se agrupam e inscrevem todos os seus filhos num único estabelecimento de ensino, privado ou público, conforme as possibilidades económicas; conseguem, assim, que a (s) família (s) e a comunidade se prolonguem dentro da escola. No âmbito de um estudo mais amplo sobre a integração de crianças de origem chinesa no sistema escolar português que agora se iniciou, a comunicação que se apresenta detém-se, em particular, na identificação, caracterização e análise das diferentes situações referidas, na área do Grande Porto, com vista a procurar compreender as suas relações com a cultura e a língua portuguesa em contexto social e em contexto escolar *versus* as suas cultura e língua chinesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Minorias; socialização; infância; língua materna.

1. Apresentação

A presente comunicação decorre do trabalho de pesquisa, no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, que estamos a desenvolver sobre a comunidade chinesa em Portugal, em particular crianças chinesas de idade de jardim de infância, e pretende colocar em evidência i) os questionamentos da realidade social portuguesa que estiveram na génese da ideia da pesquisa, e ii) alguns dos percalços e percursos com que nos confrontámos para encontrar estas crianças e um campo possível de pesquisa empírica.

2. Portugal como país de imigração e a comunidade chinesa imigrante – dos paradoxos à génese da pesquisa

A génese da ideia desta pesquisa decorre da constatação e questionamento de três realidades paradoxais co-existentes na sociedade portuguesa contemporânea relativas à diversificação da sua imigração e sua significação social e científica:

2.2 Primeiro paradoxo: crescente diversificação da imigração em Portugal e os paradoxos em torno da comunidade chinesa: invisibilidade sociodemográfica vs. visibilidade socioeconómica

Portugal, tradicionalmente considerado um país de emigrantes tem vindo a transformar-se também um país de imigração, combinando de forma única dois movimentos de populações – emigração e imigração (Cunha, 2004:22 *cit. in* Pais, 2008:2). Fruto de diversas transformações sociais, políticas, económicas e culturais, quer internas, quer decorrentes da

<sup>11</sup> DREN – Direcção Regional de Educação do Norte, R. António Carneiro,98, 4349-003 PORTO, saomenino@hotmail.com.

<sup>12</sup> UP, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, R. Alfredo Allen, 4200-135 PORTO. manuela@fpce.up.pt.

crecente globalização e intensificação dos seus fluxos migratórios, a presença de mais grupos de minorias étnicas, em Portugal tem vindo, na sua diversidade, a tornar-se uma realidade incontornável. Se, a partir de 1974, na sequência do processo de descolonização, se assinala uma das principais vagas de afluência de populações imigrantes pertencentes a minorias étnicas, sobretudo de origem africana (cabo-verdianos angolanos moçambicanos<sup>13</sup>), entre o início dos anos 80 e a partir de meados dos anos 90 esse número tendeu a aumentar significativamente, à semelhança de outros países da Europa Meridional pertencentes à UE. Consta-se assim que Portugal tem vindo a ser procurado, e a acolher, outras populações provenientes de outras latitudes mais próximas ou mais longínquas, umas fugindo da guerra e de conflitos armados, a maioria em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Isto significa que o predomínio de imigrantes de expressão portuguesa provenientes dos PALOP (75,7%<sup>14</sup>) em Portugal passa a ser desafiado, a partir da viragem do século, pela imigração vinda da Europa de Leste, liderada por comunidades de imigrantes provenientes da Ucrânia, mas também da Moldávia, Roménia e Rússia, e pelo aumento de comunidades oriundas de países asiáticos, sobretudo indianos, chineses e paquistaneses. Em suma, esta transformação de Portugal num país cuja imigração tem actualmente um novo rosto (Portella, 2000:184, *cit. in Pais*, 2008:3) ao ser reveladora da quotidiana presença de *Outros*, estranhos, tem concorrido para a auto-descoberta dos portugueses como membros de uma sociedade cada vez mais diversa e heterogénea num mundo mais multicultural (Baganha, 2001:22 *cit. in Pais*, 2008:3).

Não obstante a descoberta desta heterogeneidade cultural em função de critérios quantitativos, a sua distribuição pelo território nacional e respectiva exposição social, quer em termos de visibilidade e sonoridades, é desigual. Esse é o caso da chegada recente de grupos de *imigrantes vindos do continente asiático* em que começam por se destacar, em termos quantitativos, os que são oriundos da República Popular da China, vulgar e genericamente designados como “chineses”, tudo indicando que a procura do nosso país parece basear-se em razões económicas.

Esta suposição, desde logo atestada a “olho nu” pela relativa facilidade com que, pelas diversas cidades, vilas e aldeias de Portugal, com maior concentração em Lisboa, Porto e Algarve, podemos encontrar empresas, restaurantes, lojas de objectos de decoração ou de pronto-a-vestir, «pequenas e de cariz familiar» (Nunes, 2008), explorados por famílias “chinesas”, é corroborada por Y Pingchow, líder da Liga dos Chineses em Portugal, quando afirma que «o comércio continua a ser a principal área de trabalho dos chineses em Portugal mas, neste momento, estão a aparecer novas áreas, como a Medicina chinesa»; que «a maior concentração de chineses em Portugal encontra-se em Lisboa, mas o principal centro de actividade comercial está em Varziela, Vila do Conde, onde existem 200 grandes armazéns de produtos chineses» e que «a comunidade chinesa está bem integrada em Portugal, [e] andarà à volta das 20 mil pessoas».

Estas percepções e opiniões acerca da comunidade chinesa em Portugal traduzem-se formalmente nos seguintes dados fornecidos pelo INE (2011), para o período de 2000 a 2009:

Quadro 1 - N.º de imigrantes (total e chineses) em Portugal

| Ano                |                | 2000    | 2001    | 2002    | 2003    | 2004    | 2005    | 2006    | 2007    | 2008    | 2009    |
|--------------------|----------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Emigrantes - Total | Valor absoluto | 207 587 | 223 997 | 238 929 | 249 995 | 263 322 | 274 631 | 332 237 | 401 612 | 436 020 | 451 642 |
|                    | %              | 1,6%    | 1,8%    | 1,9%    | 1,9%    | 2,0%    | 2,0%    | 2,4%    | 2,4%    | 3,1%    | 3,2%    |

O Quadro 1 mostra que, embora a percentagem de imigrantes oriundos da China em relação ao total de imigrantes seja muito reduzida em relação ao total de imigrantes (nunca ultrapassou os 3,2%), a imigração de chineses tem crescido muito – duplicou de então até 2009.

<sup>13</sup> Recorde-se que até meados da década de 70, os cidadãos oriundos dos PALOP não eram considerados estrangeiros (cf. Pais, 2008)

<sup>14</sup> Considerando o conjunto dos países africanos de expressão portuguesa, o Brasil e Timor

<sup>15</sup> Os valores absolutos constantes dos Quadros 1 e 2 foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. – Portugal, em Fevereiro de 2011.

Quadro 2 - N.º de imigrantes chineses em Portugal<sup>5</sup>

| Ano  | Total          |  | Porto          |                       |  | Lisboa         |                       |  | Outros distritos |                       |  |
|------|----------------|--|----------------|-----------------------|--|----------------|-----------------------|--|------------------|-----------------------|--|
|      | Valor absoluto | Aumento (%) em relação ao ano anterior | Valor absoluto | % em relação ao total | Aumento (%) em relação ao ano anterior | Valor absoluto | % em relação ao total | Aumento (%) em relação ao ano anterior | Valor absoluto   | % em relação ao total | Aumento (%) em relação ao ano anterior |
| 2004 | 5 278          | -                                      | 688            | 13%                   | -                                      | 2 693          | 51%                   | -                                      | 1 897            | 36%                   | -                                      |
| 2005 | 5 551          | 5%                                     | 725            | 13%                   | 5%                                     | 2 789          | 50%                   | 4%                                     | 2 037            | 37%                   | 7%                                     |
| 2006 | 8 081          | 46%                                    | 1 305          | 16%                   | 80%                                    | 3 227          | 40%                   | 16%                                    | 3 549            | 44%                   | 74%                                    |
| 2007 | 9 689          | 20%                                    | 1 474          | 15%                   | 13%                                    | 3 920          | 40%                   | 21%                                    | 4 295            | 44%                   | 21%                                    |
| 2008 | 13 313         | 37%                                    | 1 754          | 13%                   | 19%                                    | 5 032          | 38%                   | 28%                                    | 6 527            | 49%                   | 52%                                    |
| 2009 | 14 373         | 8%                                     | 1 962          | 14%                   | 12%                                    | 5 343          | 37%                   | 6%                                     | 7 068            | 49%                   | 8%                                     |

No entanto, como mostra o Quadro 2, esse crescimento não foi regular<sup>16</sup>: a) 13 a 16%, no Porto, 37 a 51% em Lisboa e 36 a 49% para os restantes distritos; b) Porto e Lisboa juntos têm mais imigrantes chineses do que em todos os outros distritos; c) nos últimos anos, a percentagem nos outros distritos tem vindo a aumentar e a aproximar-se de 50%. Verificamos também que, nesses anos, apesar do número de chineses a residir em Portugal ter crescido sempre; o maior aumento foi em 2006 em todo o território e no Porto, enquanto que, em Lisboa, esse número foi sempre aumentando percentualmente de 2004 a 2008. Consta-se ainda que, em 2009, esse crescendo teve uma quebra acentuada em todo o país, o que pode ser resultado da crise económica que se instalou nessa altura.

Pode então dizer-se que no novo rosto que a imigração apresenta em Portugal i) o grupo dos *imigrantes asiáticos* representa uma minoria por relação com as restantes minorias étnicas – uma minoria das minorias –, embora, paradoxalmente, *no interior do grupo dos imigrantes asiáticos*, os imigrantes chineses representem maioria – a maioria dentro da minoria asiática; ii) a reduzida representatividade numérica que a comunidade chinesa assume no quadro demográfico português e mesmo por relação com outros grupos étnicos minoritários – invisibilidade sociodemográfica – é, paradoxalmente, recoberta, e até ultrapassada, pela elevada visibilidade e ruído<sup>17</sup> sociais que assumem as actividades económicas a que preferencialmente se dedicam.

## 2.2 Segundo paradoxo: o crescimento da comunidade chinesa em Portugal vs. invisibilidade das crianças chinesas nas instituições socioeducativas

Não obstante o aumento e o significado da presença da comunidade chinesa em Portugal, isso parece não se traduzir em conhecimento mútuo. Ou seja, a comunidade que acolhe – a portuguesa – e a comunidade imigrante – a chinesa – parecem não ter grandes relações, excluindo-se as que decorrem das trocas comerciais, pelo que os chineses limitam a sua acção à actividade profissional e a sua privacidade ao seu grupo étnico. Diz Nunes (2008), num estudo realizado com chineses a residir na área metropolitana do Porto que «o relacionamento com os portugueses resume-se basicamente numa lógica de cliente».

Com efeito, apesar de toda a atenção que sempre dispensámos a esta comunidade não é muito comum ver, nas ruas ou mesmo nas lojas ou restaurantes onde trabalham chineses, crianças chinesas. Esta ausência e invisibilidade das crianças chinesas, num contexto em que, de acordo com Liang Zhen, há «novas gerações que nasceram cá. Muitos já têm nacionalidade portuguesa»<sup>18</sup>, é tanto mais paradoxal porquanto se há adultos chineses em Portugal, haverá, certamente, crianças chinesas, e porquanto os processos de crescente e cada vez mais precoce institucionalização

<sup>16</sup> Como se pode ver na coluna central de cada caso.

<sup>17</sup> Relembrem-se as notícias publicitadas nos diversos órgãos de comunicação social quer decorrentes das actividades de inspecção económica levadas a cabo pela ASAE a estabelecimentos de restauração chineses, quer de protesto e reclamação contra os modos de trabalho comercial usuais nos estabelecimentos chineses.

<sup>18</sup>

da infância nas sociedades ocidentais contemporâneas, implicando a presença de crianças desde tenra idade em instituições educativas, pré-escolares e escolares, revelam a sua crescente frequência por crianças de várias etnias. Esta invisibilidade social das crianças chinesas, repercutindo a expressão de reduzida representatividade étnica já mencionada anteriormente, mesmo nas instituições educativas<sup>19</sup>, e mesmo considerando a obrigatoriedade de frequência escolar a que obriga a LBSE<sup>20</sup>, a partir dos 6 anos de idade, implica que teremos de nos deter, também, sobre esta variável.

O aumento da diversidade biossociocultural nas instituições escolares e pré-escolares, com a co-presença de crianças provenientes de grupos sociais portugueses, cabo-verdianos, ciganos, ucranianos, russos, romenos, indianos, chineses..., e o espectro de possibilidades que a visibilidade ou invisibilidade que essa diversidade biossociocultural pode assumir para além dos genótipos e fenótipos mais comuns, podem configurar outros tantos paradoxos face ao maior desconhecimento que os adultos-profissionais de educação têm acerca dos traços socioculturais das comunidades de origem das crianças e os problemas que se lhes colocam ao nível quer da interpretação da diversidade, quer da intervenção sociopedagógica.

A todos estes paradoxos que estão na génese da ideia da pesquisa não são alheias outras motivações endógenas: a nossa experiência de vida profissional e pessoal em Macau e a nossa experiência enquanto formadores de educadores de infância que nos levam a querer conhecer, questionar e aprofundar a temática da interculturalidade e da educação intercultural, e a contribuir para a reflexão das novas configurações culturais, uma vez que «enquanto a escola e os currículos não tiverem em conta a cultura, as necessidades e os interesses dos grupos minoritários, a educação intercultural não passará de uma intenção, de uma utopia» (Vaz, 2006:117), uma vez que «a comunicação intercultural não ultrapassa muitas vezes os níveis mais superficiais das inter-relações humanas» (Cardoso, 2009:241).

### 2.3. O Terceiro Paradoxo: A Visibilidade Socioeconómica da Comunidade Chinesa na Sociedade Portuguesa Vs. A Escassez de Estudos no Campo das Ciências Sociais Sobre a Comunidade e a Sua Ausência no que Respeita às Crianças Chinesas

Apesar das constatações anteriores assinalarem mudanças significativas no panorama demográfico, migratório, económico, cultural e social da sociedade portuguesa, o campo das ciências sociais parece manter-se alheado delas, o mesmo acontecendo com os estudos sobre a realidade educativa.

Com efeito, sobre a comunidade chinesa em Portugal podemos encontrar alguns estudos, no âmbito de mestrados e doutoramentos, que incidem sobre os movimentos migratórios, questões de segurança, cuidados de saúde, relações comerciais: Neves e Rocha-Trindade (2008), Nunes (2008), Pereira (2008), Santo (2009). Não nos foi possível aceder a nenhum estudo sobre questões educacionais relativas a esta comunidade.

A análise das pesquisas realizadas nas Universidades públicas e privadas portuguesas que incidem sobre a relação entre educação e crianças de grupos étnicos realizada entre 1995-2005, mostra que continuam a ser eleitos como objectos de estudo privilegiados as crianças dos grupos minoritários africanos, especialmente, as crianças cabo-verdianas, e as crianças ciganas; que em ambos os grupos se trata de crianças em idades escolares e que, em ambos os casos, a formulação destas pesquisas no contexto escolar deriva, sobretudo, da sua interpretação como problema associado ao seu insucesso escolar e/ou abandono precoce e/ou dificuldades de aprendizagem e/ou indisciplina (cf. Ferreira & Rocha, 2010)<sup>21</sup>.

19 Não nos foi possível aceder a dados sobre o número de crianças a frequentar estabelecimentos de ensino privados. O Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico do Ministério da Educação (GEPE) não dispõe de dados sobre nacionalidade ou de naturalidade das crianças a frequentar o pré escolar.

20 Lei nº 46/86 - Lei de Bases do Sistema Educativo.

21 Entre outras, Pessoa, M<sup>a</sup> Rumilda (1997), Porque os ciganos não gostam da escola: estudo realizado na escola do 1º Ciclo de Nelas, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta; Costa, Rosa M. (1997), A representação social da escola em crianças africanas e portuguesas do 1º CEB: seus reflexos no comportamento e aprendizagem escolares, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta; Silva, Maria Santos

Machado e Azevedo (2009) num estudo que realizaram sobre a produção científica em Portugal, entre 2000 e 2008, relativa à imigração e etnicidade, identificaram 836 estudos, sendo os grupos de ciganos, brasileiros e cabo-verdianos os mais estudados, assinalando para o grupo de chineses 21 estudos. Os estudos que se debruçam sobre descendentes de imigrantes «tomam como objecto apenas os filhos de imigrantes africanos, em particular os filhos de cabo-verdianos» (Machado e Azevedo, 2009:25).

Esta tendência só muito recentemente tem vindo a ser contrariada: assinala-se o trabalho de doutoramento em Sociologia da Educação, de Teresa Seabra, sobre crianças cabo-verdianas e indianas e os trabalhos de mestrado em Sociologia da Infância sobre a experiência das crianças ciganas no Jardim de Infância e em Ciências da Educação sobre as relações pluriétnicas, também no Jardim de infância, mas agora envolvendo um grupo de crianças portuguesas em que três delas são de origem cabo-verdiana, cigana e russa.

Na ausência de estudos sobre crianças chinesas em Portugal; sobre crianças e crianças chinesas em idade de jardim de infância e no jardim de infância; referem-se outros estudos que no âmbito da sociologia da infância encaram a criança como actor social e que poderão ser contributos relevantes para esta pesquisa. Sobre este tema distinguimos Ferreira (2004) que colocou na agenda da investigação em Portugal as crianças como actores sociais ao estudar, através de uma etnografia, as relações sociais entre crianças num jardim de infância, e Sarmento (1997, 2003) que tem reflectido sobre dimensões sociológicas da infância.

Neste panorama da investigação social e educativa em que nenhum estudo cruza as três dimensões que procuraremos estudar: i) crianças chinesas, ii) sociologia da infância, iii) etnografia, pode então dizer-se que a ausência de pesquisas sobre crianças chinesas se constitui como um dado de partida e um desafio, por isso mesmo, na *questão intrigante* (Chevrier 2003) que sustentou a construção da ideia da investigação.

### 3. Principais Objectivos da Pesquisa

Considerando que não obstante a globalização exponenciar «as trocas culturais de todos os tipos, continuamos a ter dificuldade em nos compreendermos e aceitarmos mutuamente» (Correia, 2009:241) e que a diversidade que podemos encontrar nos nossos quotidianos deve ser encarada como oportunidade de sabermos mais sobre o Outro, iremos no âmbito desta investigação, deter o olhar na comunidade chinesa presente no nosso país há algumas décadas, em especial, no grupo das crianças pequenas chinesas que se encontram a frequentar o jardim de infância. Trata-se de, com base no paradoxo da existência de crianças chinesas em Portugal e da sua invisibilidade social e cultural, capturar a afirmação de Prout (2005:27) de que a «a migração (...) tem implicações directas na diversificação da infância». Tomando por referência aquela que, além da idade, é uma das dimensões que mais contribui para a homogeneização da infância como categoria e como grupo social nas sociedades contemporâneas ocidentais – o processo de institucionalização da infância -, a presença de crianças chinesas, a par de outras de outros grupos étnicos que actualmente frequentam os JI permite desconstruir aquela noção e complexificá-la, ao adensar, neste caso, mais factos da sua heterogeneidade cultural interna em Portugal, país de acolhimento. Por outro lado, esta diversificação da infância também se expressa nos processos constitutivos da experiência das próprias crianças na infância, tanto por parte das que são chinesas, quanto por parte de outras, de outras etnias, que com elas convivem neste contexto institucional, uma vez que tal as obriga não apenas a uma presença quotidiana e regular neste espaço e tempo, como a desenvolverem relações sociais e trocas comunicativas entre si. Por outro lado ainda, o fenómeno da imigração para os próprios imigrantes, designadamente para as famílias chinesas, acarreta, estamos em crer, um conjunto de transformações mais ou menos incisivas em função da sua facilidade ou não em termos de integração social, do conhecimento e domínio da língua portuguesa bem como das suas relações as suas crianças, seja por imperativos das suas condições de trabalho, de determinações legais do país de acolhimento (p. ex. a escolaridade obrigatória) e/ou activação de estratégias para (1997), Famílias africanas em Portugal: estudo das representações, envolvimento e expectativas de pais e crianças no 1º ciclo do ensino básico, dissertação Mestrado, Universidade de Évora; Gomes, M<sup>a</sup> Conceição (1998), Um estudo sobre a comunicação verbal em duas turmas multi-étnicas do 1º CEB. dissertação Mestrado, Lisboa, FPCE.

manter viva a cultura chinesa. Como exemplo, assinala-se a comemoração do Ano Novo Chinês que junta centenas de chineses em diversos pontos do país, com destaque para o Encontro no Casino da Póvoa de Varzim

É considerando toda a complexidade que envolve este panorama intercultural e a importância que a *diferença* aí assume enquanto modo de “agência humana” (Giddens, 1984) que faz sentido um estudo com crianças no JI, chinesas e não chinesas, no JI. Trata-se de apreender os modos como se processam as suas interações e relações, ou seja, as suas relações inter e intra-culturais, procurando compreender os processos sociais que intervêm na construção das relações de etnia - como é que as diferenças biossocioculturais são reconhecidas nos modos próprios como cada um destes sujeitos-crianças se manifestam e afirmam através das suas próprias enunciações enquanto expressão de si e das suas culturas particulares. Em causa está a inclusão das próprias crianças na geração de dados sobre os processos comunicativos em que se envolvem: umas que, sendo o português a sua língua materna, se encontram no JI em linha de continuidade com os seus contextos familiares e socioculturais mais amplos, e outras de origem chinesa, que mesmo tendo já nascido em Portugal, desconhecem/não dominam esta língua, apresentando-se, por isso, em clara descontinuidade, desvantagem e desigualdade cultural. Mesmo considerando que os modos de comunicação entre crianças pequenas estão longe de se reduzirem às formas verbais, incluindo múltiplas linguagens não verbais e para-verbais, importará atentar às diferenças culturais existentes e aos modos como as crianças lidam com elas – se tendem a acentuá-las, que estratégias se socorrem para as superarem, como as recriam e ressignificam, em que situações... Estas e outras preocupações, referenciadas ao campo teórico da Sociologia da Infância e sua articulação com os estudos sobre etnicidade, visam assim contribuir para i) desafiar e desestabilizar concepções e fronteiras estabelecidas e rígidas de cultura, de identidade e de infância como sendo noções separáveis e imutáveis; ii) prosseguir a reconceptualização teórica das *crianças como actores sociais* rompendo com as perspectivas bio-psicológicas que as circunscrevem ao processo de maturação e encaram o seu desenvolvimento como independente da sua agência e das representações que se formaram a seu respeito (Sarmiento 2003, 2008); iii) perspectivar a inclusão social das crianças pequenas tendo em vista a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças, no quadro mais amplo da formação da nova geração de falantes de português.

#### 4. Onde estão e o que se diz acerca Das Crianças Pequenas Chinesas - Percalços e Percursos da Pesquisa Empírica

##### 4.1. Onde Estão as Crianças Chinesas Pequenas?

Tendo em consideração os paradoxos que estão na génese desta pesquisa e os seus objectivos, descobrir “onde estão as crianças chinesas?” que seriam o nosso objecto de estudo, tornou-se a primeira questão empírica a perseguir, já que não tendo qualquer indicação de onde as poderíamos encontrar, esta era uma incógnita inicial de cuja solução dependeria o seu curso.

##### 4.1.1. Primeiro Percalço: Escassez e Dispersão da Crianças Chinesas nos JI Públicos

Na pretensão de circunscrever a pesquisa à área do Grande Porto, o segundo local em Portugal Continental com maior concentração de residentes chineses, optámos por começar a explorar a rede de instituições públicas do ME, estabelecendo diversos contactos com os Agrupamentos de Escolas desta cidade, no sentido de indagarmos se havia crianças chinesas a frequentar os respectivos JI, tendo tido o cuidado de procurar em Agrupamentos situados em áreas geográficas onde há estabelecimentos comerciais de cidadãos chineses, mas também noutros.

As respostas foram chegando: só foram identificadas 4 crianças a frequentar JI da Rede Pública, sendo que 2 estavam no mesmo JI<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> Esta escassez e dispersão das crianças chinesas é igualmente extensiva ao 1.º CEB, conforme informação recolhida nesses contactos.

##### 4.1.2. O Primeiro Dado: A Presença Significativa de Crianças Chinesas num JI Privado

A descoberta de informações que poderiam auxiliar no percurso que estávamos a trilhar enquanto desenvolvíamos pesquisas teóricas, nomeadamente as declarações do líder da Liga dos Chineses em Portugal de que o «principal centro de actividade comercial está em Varziela, Vila do Conde, onde existem 200 grandes armazéns de produtos chineses», constituiu a segunda estratégia que procuramos acionar.

Dos variados contactos informais então estabelecidos com pessoas conhecidas, ligadas à Educação, que residem em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, para tentarmos saber se havia crianças chinesas em jardins de infância daquelas zonas, soubemos que havia 4 crianças num JI da Rede Pública e que na Póvoa de Varzim havia uma Escola privada onde «todos os dias chegava uma carrinha com crianças chinesas».

Posteriormente fomos informadas pela Direcção desta mesma instituição<sup>23</sup> que esta possui todos os níveis de educação/ ensino, desde o JI ao ensino secundário, i) há alunos chineses em todos os níveis de escolaridade e que a sua presença se mantém desde há 10 anos, verificando-se uma tendência de crescimento; ii) no presente ano lectivo há 16 crianças chinesas no 1.º CEB e 18 no JI. Destaca-se que o crescimento da frequência de crianças chinesas que se verifica nesta Escola privada não acontece nas escolas públicas da mesma área geográfica, conforme tivemos oportunidade de constatar nos variados contactos estabelecidos.

##### 4.2. O que se Diz acerca das Crianças Pequenas Chinesas...

Outras informações relevantes acerca das crianças chinesas que frequentam esta instituição foram fornecidas pela sua equipa técnica quando, no decurso das reuniões havidas para se negociar a pesquisa, mencionaram aquilo que consideram ser «algumas particularidades das crianças chinesas» explicitadas, por exemplo, em termos de que i) não brincam muito na «casinha»; ii) não apreciam as actividades de expressão dramática; iii) aderem mais facilmente às propostas de trabalho que envolvam a expressão plástica; iv) procuram-se quando estão no recreio; v) não se registam comportamentos de «rejeição» à Escola quando chegam pela primeira vez; vi) os pais/encarregados de educação participam pouco na vida da escola; vii) alguns pais/encarregados de educação não são conhecidos pelos educadores dos seus filhos; viii) há crianças que estão com a família apenas ao fim de semana já que ficam, durante a semana, em casa de assistentes operacionais do Colégio, «para que desenvolvam a Língua Portuguesa».

Afirmaram reconhecer os factos acima referenciados, mas não se terem debruçado muito sobre eles nem em como os explicar, e reforçaram que i) as crianças chinesas apresentam singularidades que não se reconhecem nas outras crianças, não chinesas, que frequentam aquele contexto; ii) não se assinalam grandes diferenças entre os grupos de pares – crianças chinesas e não chinesas –, mas nos momentos de recreio as crianças chinesas se procuram mesmo não pertencendo ao mesmo grupo/sala. No entanto, uma das razões apresentadas para as limitadas relações sociais entre as famílias chinesas e a Escola parece fundamentar-se nas dificuldades de comunicação por não haver domínio de uma Língua comum.

##### 4.3. Perspectivas para a Negociação da Pesquisa e Obtenção do Consentimento Informado dos Pais e das Crianças

No que se refere à autorização do consentimento do pais/encarregados de educação, necessária para iniciar a pesquisa, acordou-se a nossa participação nas reuniões de pais/encarregados de educação nos primeiros dias do ano lectivo para que nos possamos apresentar e explicitar o mais adequadamente possível o que se pretende com a nossa presença

<sup>23</sup> Não cabendo nesta comunicação a descrição de todos os procedimentos metodológicos accionados no terreno, importa mencionar o estabelecimento de contactos telefónicos e por correio electrónico, a cuja resposta positiva por parte da instituição se sucederam duas reuniões em que se negociou a pesquisa. Todas as informações que se seguem acerca das crianças chinesas nesta instituição foram obtidas no decurso dessas duas reuniões.

no Colégio, por forma a que possam dar um «consentimento informado [o que] envolve muito diálogo ao longo de todo o processo [garantindo-se deste modo, aos participantes, o] direito à autodeterminação» (Vasconcelos, 1997:69). Ainda que Vasconcelos não se esteja a referir aos pais/encarregados de educação consideramos, por se tratar de crianças pequenas, que, além do consentimento das próprias crianças, aqueles devem ser ampla e cuidadosamente esclarecidos para que a sua decisão seja, de facto, informada.

Ter-se-á de considerar que às crianças deve também ser dada a oportunidade de consentirem participar na pesquisa. Continuarmos a excluir as crianças como participantes dinâmicos na geração de dados é contribuir para a perpetuação de práticas que tendem a considerá-las incapazes, imaturas e sem autonomia.

A participação da Instituição em diversos projectos tem permitido à comunidade educativa e, em particular, às crianças, o relacionamento com pessoas diferentes o que indicia que a nossa presença não constituirá obstáculo à entrada nos seus modos de vida.

Por considerarem que o desconhecimento que têm sobre a comunidade chinesa se pode constituir como impedimento à participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar, desafiaram-nos a fazer uma sessão de informação, aberta ao grupo docente, sobre a cultura chinesa, a que acedemos de imediato. O nosso assentimento a este desafio pretende ser uma das formas de reciprocidade pela participação da instituição na investigação.

A sessão ficou agendada para a primeira quinzena de Julho, em dia e hora a definir. Serão abordados, genericamente, hábitos, costumes, tradições... da cultura chinesa. No entanto, tendo em consideração o nosso papel de humilde investigadora, ainda que «parte integrante da rede de relações sociais que [pretendo] investigar» (Silva, 2003:135), após ponderar sobre os constrangimentos que daqui poderiam advir, decidiu-se pela não realização da sessão referida acima. Assim, pedimos a um amigo que, tal como nós, tem experiência de vida pessoal e profissional em Macau, para o fazer. Entendemos que, excluindo o que se poderia constituir como um momento de reforço da assimetria que se verifica nas relações sociais de investigação, estamos a ir ao encontro da recomendação de Silva (2003:135) de que «o etnógrafo [deve] redobrar a vigilância sobre a sua possível influência sobre as interações que pretende entender e (...) as interpretações que delas constrói».

Era desejável que a próxima etapa, que se esperava tivesse início ainda este ano lectivo, permitisse já alguns contactos com as crianças que vamos observar para que se criassem laços que poderão facilitar o trabalho e, acima de tudo, a nossa aceitação por estas. A entrada no mundo das crianças, em particular nas suas culturas de pares, exige que, não sendo neutros, nos libertemos de preconceitos para que possamos apreender aquele mundo a partir dos seus pontos de vista. Contudo, a Direcção do Colégio entendeu que se iniciariam as actividades do próximo ano lectivo com a nossa participação nas reuniões que acima referimos.

## 5. Considerações Finais

As questões suscitadas no decurso das reuniões para a negociação da pesquisa parecem-nos ser outra dimensão a considerar prosseguir futuramente na investigação. Com efeito, não estando ainda definido(s) o(s) grupo(s) de crianças que participarão no estudo que se iniciará no início do ano lectivo, nem se tendo informação, ainda, sobre de que zona ou zonas da China estas crianças procedem, importará recolher esta informação, fundamental para que se possam perceber algumas questões que emirjam do trabalho de campo, nomeadamente, marcas da cultura chinesa que podem ser distintas entre o Norte e o Sul, por exemplo, mas também que eventuais razões sustentam a opção por uma Escola privada em detrimento da Escola pública. Serão razões culturais? Sociais? Ou a escolha é sustentada em questões de ordem prática: horários, transporte...? A estas questões acresce o facto de não haver uma Língua de domínio comum entre a escola e família, o que parece estar na génese da não participação dos Pais/Encarregados de Educação na vida da escolar. A ausência de uma Língua comum integra, no caso em estudo, o conjunto das variáveis que contribuem,

por um lado, para a construção da ideia da pesquisa e, por outro, para as sucessivas aproximações que vamos fazendo ao objecto de estudo.

Sabendo-se que a estrutura da Língua Chinesa é consideravelmente distinta da da Língua Portuguesa poder-se-á constituir como ideia a perseguir nesta pesquisa o facto dessa diferença se poder constituir como barreira à aprendizagem desta e, por consequência, à participação social daquela comunidade.

Esta pesquisa, que se espera venha a contribuir para a recomposição da agenda de investigação que Machado e Azevedo (2009) propõem, procurará perspectivar a inclusão social das crianças pequenas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças, no quadro mais amplo da formação da nova geração de falantes de português.

## Referências Bibliográficas

Chevrier, J. 2003. La Spécification de la problématique. In Gauthier, B. (ed.), *Recherche Sociale – de la problématique à la collecte de données* (Cap.3, 52-84). Presses de l'Université du Québec.

Corsaro, W. A. 2005. *The Sociology of Childhood*. London: Pine Forge.

Correia, A. M. 2009. *Assimetrias de género. Ensino e liderança educativa*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leitão.

Ferreira, M. 2004. *A gente gosta é de brincar com os outros meninos! – as relações sociais entre crianças num Jardim de Infância*. Porto: Edições Afrontamento.

Machado, F. L. & Azevedo, J. 2009. A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas. *Revista Migrações*, n.º 4, pp. 7-31. Lisboa: ACIDI.

Neves, M. S. & Rocha-Trindade, M. B. 2008). *As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global*. In Oliveira, C. R. e Rath, J. (org.) *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*, Outubro de 2008, n.º 3, pp. 165-189. Lisboa: ACIDI. Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_3/Migr3\\_Sec2\\_Art3\\_PT.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec2_Art3_PT.pdf). Acesso em: 22 jan 2011.

Nunes, M. F. 2008. *Imagens das migrações. Chineses na área metropolitana do Porto. Do ciclo da seda à era digital*. Tese de doutoramento – Universidade Aberta. Disponível em: <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle/10400.2/1391>. Acesso em: 22 fev 2011.

Prout, A. 2005. *The future of childhood*. London and New York: RoutledgeFalmer, Taylor & Francis Group.

Pais, C. 2008. *As relações pluriétnicas entre crianças com origens culturais diversas – portuguesa, russa, cabo-verdiana e cigana – num jardim de infância*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Pereira, M. A. D. A. (2008). *A comunidade chinesa imigrante em Portugal e os cuidados de saúde: um estudo na Região de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde apresentada à Universidade Aberta (2010). Disponível em: [http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/49346801.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/49346801.html). Acesso em: 22 fev 2011.

Silva, P. 2003. *Etnografia e Educação. Reflexões a Propósito de Uma Pesquisa Sociológica*. Profedições, Lda./Jornal a Página.

Santo, R. V. M. C. E. 2009. *A questão da securitização da imigração chinesa em Portugal no quadro da União Europeia*. Universidade de Coimbra. Disponível em:  
[https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/11912/1/Relat%C3%B3rio\\_Mestrado\\_Ricardo\\_Esp%C3%ADrito\\_Santo.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/11912/1/Relat%C3%B3rio_Mestrado_Ricardo_Esp%C3%ADrito_Santo.pdf). Acesso em: 25 fev 2011.

Vasconcelos, T. 1997. *Ao redor da mesa grande: a prática educativa de Ana*. Porto: Porto Editora.